

RESISTENCIA

Redacção e administração, Arco d'Almedina, 6

Editor, José Pereira da Motta

Officina typographica, Arco d'Almedina, 6

N.º 481

COIMBRA — Domingo, 1 de outubro de 1899

5.º ANNO

O INDULTO DREYFUS

A subida ao poder do sr. Waldeck-Rousseau e de seus acólitos, não podia deixar de attender ás circumstâncias deploráveis que surgiram da crise Dupuy, que tanto a propósito collocou os dois grandes poderes da França—o civil e o militar num falso terreno d'absoluta incompatibilidade.

A mallograda conspiração Royet, concorrendo para formar um providencial vácuo em torno dos pretendentes ao throno—que hoje apenas figura nas mágicas do Chatellet, ou do Palais-Royal collocou também os dirigentes da República na contingência: ou de transigir com o elemento militar que não se revoltou por motivos desconhecidos, ou então de romper abertamente com elle, iniciando a verdadeira senda em prol da democracia radical, praticamente significada na descentralisação administrativa—o *self-gouvernement*, concebido por Leon Gambetta e modificado em sentido mais avançado por Alain-Target, Clémenceau e Guyot!...

Charles Dupuy, que ao tempo se achava à frente duma situação politica que se annunciou promettedora e findou miseravelmente, hesitou em lancar-se num caminho de ignotas aventuras, que podia ser perigoso, e nêsse intuito aguardou stoicamente a revisão do processo Dreyfus—já prevista pelo *cour de cassation*, e, chegado o momento critico declinou a sua responsabilidade ante o elemento militar ameaçador e o civil deploravelmente impressionado pelo desenlace dado à questão por um gabinete, que affirmando-se republicano, não teve contudo a decisão precisa para fazer respeitar a lei fundamental do Estado, legalizada pela República de 1870.

O momento não podia ser mais critico: era mesmo atrozmente ridiculo!... A França estava à mercê do primeiro audacioso que ousasse attentar contra ella, e o actual presidente—estadista consummado e patriota de lei—via-se também por seu turno perplexo, angustiosamente enredado nas estreitas malhas duma intriga *élysénaciana*.

Loubet, com o fino tacto que o caracteriza, teve o bom-senso, a previdência mesmo, de não se deixar impressionar e avassallar pela gravidade da situação, e á sua confiança de patriota, á sua serenidade de francês e de primeiro magistrado da República, correspondeu com a mesma serenidade de francês e de primeiro magistrado da República, correspondeu com a mesma lealdade um dos estadistas mais eminentes daquella

grandioso e sympático país, que não hesitou como tantos outros o fizeram na verdadeira hora do perigo, em romper abertamente com o elemento militar rebelde—desvairado pelas intrigas da facção d'Orleães e pela funesta utopia do *nacionalismo*—que ainda não declarou o que quer, nem para onde caminha—fazendo respeitar a lei e obrigando a submeter-se os que ainda se não confessáram desiludidos por uma experiência, nascida da força das circumstâncias e fortificada pelos revezes que sempre têm soffrido, com uma energia que o patriotismo esclarece, com uma energia que o patriotismo esclareceu, com uma audácia activada pelo perigo, que pairava imminente, e, sobretudo, pela firme convicção republicana que o levou directamente a acabar com a questão Dreyfus e a fomentar a confiança pública, mercê dum programma simples e digno: salvar a República; tranquillisar o país e fazer respeitar a França no exterior.

Foi este o intuito que o levou a organizar gabinete com elementos extremamente enérgicos como Gallifet, Millerand, Baudin e Lanessan e outros vultos merecedores da confiança e da estima do seu país pela firmeza das suas convicções democráticas e rasgadamente revolucionárias e, sobretudo, pelas provas brilhantíssimas do mais esclarecido patriotismo.

A luta estava encetada: dum lado os grotêscos conspiradores de Neuilly, covardemente acorados por detraz dos juizes militares do conselho de guerra de Rennes; a conspiração dos emplumados chefes do Estado Maior, ameaçando sair á rua em vibrante protesto de criminosos desmascarados e a má vontade do clericalismo, do nacionalismo e do anti-semitismo, conluídos com os sectarios do imperialismo e do orleanismo porque o legitimismo está de ha muito fóra da liça dos logrados phariseus da França realista doutr'ora—e do outro o radicalismo, concentrado em volta de Dreyfus, querendo a todo o custo affirmar a sua innocência, transformando machiavellicamente uma questão de direito numa agitação politica e impondo-se á consciéncia nacional no seu firme propósito d'infalibilidade auteposta á acção da Lei.

Estas duas fortes correntes, desencontradas nos fins e desorientadas nos meios ameaçavam avassallar a França num pélagos perpétuo d'agitação, que outra coisa não significou senão no passo firmemente dado na senda nefasta da anarchia e da guerra civil, quando de subito a procella desfaz-se com geral surpresa do mundo culto, e o sol da Liberdade, que possuía definitivamente eclipsado nos

horizontes politicos e sociaes da França, brilha de novo com mais intensa—mais fulgente e deslumbradora luz.

Eis os brilhantes resultados da politica conciliadora e tolerante do actual gabinete francês: os rebeldes, submettidos á jurisdicção do Senado, transformado em Alto Tribunal de Justiça; o Estado-Maior, dominado pela energia de Gallifet, inclina-se reverente ante o indulto dum innocente; o nacionalismo dissolvido; o monarchismo, impotente e a ordem restabelecida indicam ao mundo, deslumbrado pelo clarão da Justiça que irradia da victoria da República, que a França foi, e ha de sempre ser gloriosa e grande.

Bem haja o glorioso estadista Waldeck-Rousseau, que póde glorificar-se de haver salvo a sua Pátria, á imitação de Cincinnatus e de Mario na antiga Roma.

FAZENDA JUNIOR.

Lourenço Marques

A Agência Havas distribuiu pelos jornaes de Lisboa o seguinte grammã:

«Londres, 27, n. — O *Birmingham Daily Post* annuncia que na próxima semana será feita uma importante declaração a respeito da bahia de Lourenço Marques.»

O *Correio da Noite* publicou o com este commentário:

«E' mais um boato, como tantos outros, e de equal valôr a todos os que o têm antecedido sobre o assumpto. Não ha declarações a fazer sobre a bahia de Lourenço Marques.»

«Esta bahia é portuguesa, exclusivamente portuguesa, e só Portugal póde dispôr della.»

E aqui está como o orgão do governo portugês falla de Lourenço Marques, no momento em que se espalham os mais terroristas boatos sobre essa colónia.

Dá-nos, ao todo, esta novidade: que a bahia é portuguesa, exclusivamente portuguesa, e só Portugal póde dispôr della!

«Mas quem o néga? Quem o contestou?»

O que o orgão do governo devia dizer não era o que disse.

Seria pouco mais ou menos isto: «A bahia de Lourenço Marques é e ha de continuar a ser portuguesa, exclusivamente portuguesa, e Portugal não ha de cedê-la por motivo nenhum.»

Seria esta a declaração a fazer na imprensa, no parlamento, em toda a parte.

Mas é essa declaração que não se faz.

Nos próprios jornaes do governo, que tantas mentiras têm dito e tantas podem, dizer por conseguinte, não apparecem mais que palavras ambíguas susceptíveis de duas interpretações.

Quer isto dizer que ha todos os motivos para ter suspeitas e receios sobre o futuro de Lourenço Marques.

Lá fóra e cá dentro, superabundam as razões para se crer que se prepara um crime de lesa patriotismo.

Carta de Lisbôa

29 de setembro, 99.

Não ha nada ou ha muito pouco, de novo, por agora, por aqui. Luminárias hontem, porque as majestades se dignaram fazer annos, e hoje várias noticias e cartas, das quaes se deprehende que o preço da carne vai augmentar. O primeiro caso não conseguiu sequer fazer-se notar pelo habitante da cidade. E o segundo tam pouco o conseguirá talvez. Trata-se, é certo, dum factor de fome e de miséria. Mas nem esses factores têm aqui é valôr de determinar commoções. Haja bom sol para passear: o quanto basta. O que succeder amanhã, succederá.

Mas allí, no Porto, que excellente matéria para observação e estudo nos está ainda fornecendo a peste! E' vér... *

Sabem os leitôres, melhor do que eu, dos casos de Baguim de Baixo, a poucos kilometros do Porto. O pessoal sanitário, para ir até lá tem que se fazer acompanhar de força armada—tal a confiança na illustração da população.

Ao cabo de dias esse pessoal foi. Um doente vibrou uma machadada sobre nm médico. E, tirado o machado, arrancou um punhal. A mulher quis oppôr-se á desinfectão.

A gente do lugar apedrejou a força que acompanhava os médicos. E o resto que os leitôres conhecem.

Não pergunto, como é d'uso, se estamos num país de cafres.

Não ha dúvida de que estamos. A banal pergunta seria por isso supérflua.

Raciocino apenas que se explica tudo isto, que ás vezes nos tem parecido inexplicavel aos que acompanhamos os acontecimentos politicos nacionaes.

Explica-se que haja uma minoria privilegiada, com poderes para tudo.

Explica-se que, ao entrar no século XIX, se admitta ainda que um homem seja chefe do Estado, porque é filho doutro chefe d'estado, e que esse homem gose dos mais injustos privilégios.

Explica-se que o dinheiro do thesouro—o dinheiro de todos—seja explorado por uma meia dúzia, em seu quasi exclusivo proveito.

Explica-se que se possa falar impunemente em administração extranjera.

Explica-se que se fala em venda de colónias como de cousa corrente.

Explica-se tudo que nos revolta e que nos repugna.

Explica-se enfim o aviltamento do país.

Pois, se a maioria do país é gente como a de Baguim de Baixo, que apedreja a sciéncia, que a considera assim um *travesti* do diabo, que ha de querer a gente, que ha de esperar, que ha de exigir?!

Falar em civismo, em independência e em integridade nacionaes, em progresso e em civilisação—para quê?

Esperar nobres movimentos, convulsões inspiradas por um alto ideal—de quem?

Um país que tem Baguim de Baixo, reproduzido sob tantos outros nomes, onde homens têm a ambição de morrer como cães, não pode levantar-se.

Tem apenas que ser expropriado por exigência do progresso.

Outra noticia que nos chega lá do Porto, é aquella de se terem reconciliado os progressistas, desistindo porisso já os dissidentes de formar um novo partido.

Estava previsto este desfecho das calamitosas tempestades.

Ainda assim, porém, o facto não deixa de importar alguma cousa.

Os dissidentes consideraram-se feridos, vexados, despresados, victimas de injustiças, e até os vimos descompondo mais ou menos publicamente o governo e preparando-se para rudes e energicas luctas.

Públicos eram os agravos recebidos. Mas, sem que surjam também públicas satisfações a esses agravos, os dissidentes apparecem reconciliados.

Mostrando-se hontem sem vergonha de terem rompido, só quando directamente feridos, com um governo accusado de todos os abusos e attentados, apparecem, hoje ainda sem vergonha, por terem feito uma reconciliação em mysteriosas mas por certo vergonhosas bases.

Notem a impudéncia, notem o descaro, notem o cynismo.

E ponham dum lado essa impudéncia, esse descaro, esse cynismo—esse lado representa os militantes da monarchia—e ponham a outro a selvageria dos de Baguim—esse representa o estado moral da parte dos liberos—que paucos um, de bárbaros outro—que se encontra o partido republicano portugês, a querer realizar a sua missão.

Por isso elle tem empregado tanto esforço em vão.

Porisso elle ainda conseguiu tam pouco.

Porisso elle tem ainda uma lucta gigantesca a empenhar.

F. B.

A harmonia dos progressistas

Não é só no Porto que os progressistas têm andado aos... pontapés.

Lá pelo sul também não reina a harmonia.

A suspensão do *Jornal de Lisbôa*, folha governamental—suspensão annunciada para hontem—é resultado de dissidéncias.

Aquella folha era subsidiada por alguns progressistas endinheirados, entre os quaes se contavam principalmente os srs. conde de Alto Mearim e Francisco Barahona.

Esses senhores amuãram-se com o chefe do governo e declararam no começo d'este mês que não dávam nem mais um real para o jornal.

O sr. conde de Alto Mearim, que por muitas vezes contribuiu com 250.000 réis zangou-se, principalmente por querer ser commissário régio junto da exposição de Paris, sem qualquer retribuição, e o governo não acceder a este desejo.

Outro protector de jornal que contribuía com 50.000 réis mensaes, zangou-se por não ter obtido uma concessão em Africa.

Tudo isto é assás interessante. Em primeiro logar, nota-se como vivem os jornaes do governo, que em Lisbôa tinha apenas dois e agora fica com um.

É assim—por subsidios de particulares quando não também do thesouro.

O que prova que o público os lê immenso—por amor ao governo.

RESISTENCIA

Redacção e administração, Arco d'Almedina, 6

Editor, José Pereira da Motta

Officina typographica, Arco d'Almedina, 6

N.º 4812

COIMBRA — Quinta feira, 5 de outubro de 1899

5.º ANNO

O TRANSWAAL

II

A violenta politica expansionista de Chamberlain e dos jingoistas britannicos acaba de ser completamente desmascarada pela subtil diplomacia transwaaliana, tam intelligente quanto energeticamente representada na Europa pelo dr. Leyds, agente diplomatico da Republica sul-africana em Berlim, mas cujas importantes funcções tambem se estendem ás outras cortes — principalmente a Londres e Paris, onde a opinião muito o considera pela finura do seu tracto e robusto talento, de que ultimamente deu brilhantissimas provas, confirmando por occasião da mallograda conspiração de Johannesburg em maio pretérito, a sua attitudede serena, mas dignamente intransigente com que se houve nas notas aggressivas trocadas em janeiro e fevereiro de 1896 entre a chancellaria dos dois países por occasião do insulto premeditado pelo gabinete de Saint-James e levado a cabo por Jameson na desgraçada tentativa em que deixou gravemente comprometido o prestígio do seu país, até então impanavel nas questões coloniaes.

A inconveniência da politica inglesa nesta questão de summa gravidade, necessitava de ser quanto antes justificada por subtilidades muito frequentes em tempo de tensas relações internacionais, e nas quaes o governo inglês tem sempre primado pela invenção de seus fecundos expedientes, e a nação egoista e orgulhosa — que tem na sua brilhante historia parlamentar nomes como os de lord Chatam (Pae), Pitt, Castreayh, Robert Peel, Palmerstone e Gladstone — se envergonhou de invocar o tratado de 1881, aliás radicalmente modificado pela conferencia de 1884 — assignada pelas duas partes contractantes (Inglaterra e Transwaal) em Bloemfontein e confirmada pelas potências coloniaes da Europa, reunidas na conferencia de Berlim no anno seguinte (1885) na parte em que prescreve a suzerania da Grã-Bretanha sobre a Republica sul-africana, em tudo quanto se relacione com questões internacionaes!

Esta pretensão ultra-cômica e eccentricamente inconveniente de Chamberlain, não tem outra justificação, ou mesmo outra explicação, do que salvar a *South African Company* duma alléncia imminente, ou, pelo menos, procurar-lhe um ensejo honroso della se manifestar, na hypóthese — embora duvidosa — dum revéz, ainda assim muito possivel de se dar, attento o grau de excitação de toda a população *afrikander* da Africa do

Sul, e os muitos elementos de resistência de que os dois Estados alliados dispõem, secundados, como effectivamente estão, pelos povos do Natal e do Cabo, e, sobretudo, pelo contingente de officiaes e soldados offerecido pelos coónos europeus — allemães e hollandeses.

Um facto bastante significativo vem contribuir ainda mais para se manifestar num sentido mais enérgico a crescente rivalidade entre a Inglaterra e a Allemanha, cujo governo — não obstante a sua declaração de observar rigorosa e stricta neutralidade — consentiu no embarque (em Hamburgo) dum numero grupo de distinctos officiaes que vam pôr as suas poderosas facultades estrategicas ao serviço do Transwaal.

A attitudede das três grandes potências continentaes europeas parece significar a rigorosa observância duma neutralidade contrária aos seus próprios interesses e que por isso mesmo nada justifica; mas esta estranha neutralidade póde cessar ante as possiveis consequências duma lucha desigual nos intuitos e desigual quanto á enorme desproporção dos recursos materiaes, em que a Inglaterra tem incontestavel superioridade, além da facultade de preencher as clareiras das suas fileiras, que certamente seram dizimadas pela guerra, enquanto o Transwaal está reduzido a seus próprios recursos.

As hesitações ultimamente manifestadas pelo governo inglés, não significam desejo de conciliação com um Estado a quem abertamente se recusa fóros de independência; e é tam claro o repugnantissimo intuito de se ganhar tempo para se concentrar um numero grupo de exército nas fronteiras do Transwaal e do Estado Livre d'Orange, sob as ordens do general Buller Redwers, que seria um acto meritório e perfeitamente justificado a immediata ruptura de hostilidades por parte das duas Republicas que assim poderam prevenir e até mesmo neutralizar o mau effeito moral produzido pelo desembarque das forças inglesas em Lourenço Marques e Durban (Natal) por um golpe de mão intelligente e rapidamente dirigido contra o Cabo e Port Elisabeth.

O general Joubert — o famigerado heroe da brilhante campanha de 1881 — já está investido no commando do exército transwaaliano e o prestígio adquirido com a victória do Monte Majuba — na cordilheira dos Drakenbergy — (27 de fevereiro daquélle anno para sempre memoravel nos annaes historicos da heroica Republica) certamente será confirmado e até leguimado pelas homéricas peripécias da campanha que se vai abrir, unicamente fomentada por um vil sentimento de

ganância e de ambição como os que desde remotos tempos têm constantemente empanado as páginas da historia inglesa, aliás tam gloriosas nas luctas travadas contra o clero e a nobreza em prol das regalias parlamentares.

A ameaça constante da intervenção inglesa nos negócios do Transwaal, ainda mesmo naquélles que pela sua natureza regulam apenas a administração interna daquélle Estado sul-africano, é que não podia decorosamente continuar por mais tempo, e a guerra, tornada inevitavel desde 1896 pela má vontade de Chamberlain e dos jingoistas britannicos, tem ao menos o mérito de ser lógica, oportuna e previdente e será tambem justa se a victória affirmar a legitimidade da sacrosanta causa das duas Republicas, que heroicamente luctam pela sua independência

FAZENDA JUNIOR.

UM PRESENTE AO PAÍS

O sr. D. Carlos de Bragança, rei de Portugal e dos Algarves, dignou-se brindar o país, que lhe dá 360 contos por anno, afóra a votação a familia e o resto, com o seu *yacht D. Amélia* — um bello barco adquirido em Inglaterra por uma porção de libras.

Se algum barrigudo conselheiro, com interesses ligados ao throno, lêr esta noticia observa logo, solenne e grave:

— E digam lá que el-rei não é generoso! Este presente, que s. m. deu, podia não o ter dado. Não, era obrigado a isso.

E o conselheiro dará por bem empregada a sua dedicacão a um rei assim — tam generoso para o país que até lhe dá barcos de valor.

E não quererá vêr que com o presente quem ganhou foi o doador. Nem mais nem menos.

E' facil d'explicar.

O sr. D. Carlos dispunha do barco, quando elle era seu, e continúa a dispôr d'elle, sendo elle do país.

Mas, enquanto o D. *Amélia* fôsse um barco particular, quem tinha de custear as suas despêsas — nada pequenas — era o seu dono.

Sendo o D. *Amélia* do estado, quem paga é o estado.

De fórma que o presente traduz-se nisto: novos encargos para o thesouro e vantagens para o sr. D. Carlos.

Ande, conselheiro, elogie, gabel!

Attentado contra a imprensa

Folhas da capital deram esta noticia muito simples e naturalmente, como se se tratasse dum caso admissivel:

«Consta-nos que o governo vai tomar providências energicas para reprimir os excessos dos jornaes portuenses que se obstem em publicar falsas noticias sobre a epidemia reinante e em negar a existência da moléstia, levando assim a população a descreer da accção das auctoridades e a desrespeitar as suas determinações, sendo o sr. governador civil daquella cidade auctorizado

a suspender, sem fórma de processo, os periódicos que assim procedam.»

E' inacreditavel que uma noticia destas appareça na imprensa, sem um immediato e ruidoso protesto. Nós somos dos que têm incitado o governo a que nesta questão de peste proceda com energia, com força, com hombridade, sem desfallecimento, sem cobardia.

Temo-lo accusado principalmente de ser fraco, de *laissez aller*, de transigir com interesses particulares em detrimento dos interesses collectivos.

Mas esta nossa attitudede resultantede do nosso modo de vêr, não nos impede que nos revoltemos muito sinceramente contra a medida que se annuncia.

Essa medida não é de facto uma medida contra a peste. Não é, porque circumstancia nenhuma a reclama. Onde estão os jornaes portuenses que negam hoje a existência da peste? Nenhum o faz. Apenas o *Jornal de Noticias* se limita a não affirmar a sua existência — o que é diverso de negá-la — on a constatar a sua benignidade. E, admittindo que aquélle jornal — um só, do Porto, e não o mais lido — negava o facto, aliás incontestavel, que grande mal seria o que derivaria dahi?! Mas o caso é realmente este: o *Jornal de Noticias* não nega a existência da peste.

A que vem, para que vem, então a facultade dada ao governador civil para suspender jornaes?

Não se trata duma medida contra a peste, dissemos acima. Não se trata, visto que a causa apontada não existe.

Do que se trata, pois, é de fazer politica de ódios, politica de oppresão, politica de despotismo, com offensa flagrantissima para a imprensa, com attentado gravissimo para os direitos do journalismo.

Do que se trata é de amordaçar mais, por completo, sem margem a desaggravo, os que escrevem contra o governo, o poder, o existente.

Do que se trata é de fazer callar aquélles que accusam, frisam, censuram os erros dos governantes.

Para isso dá-se ao governador civil, a um agente de policia partidária, a um faccioso amigo da situacão, uma facultade que hoje já nem o poder judicial possui, visto que a nova lei acabou com as suspensões de jornaes e o que ha apenas são suspensões de números.

E' este o facto, que vem pôr a imprensa portuuesa muito mais baixo do que ella está — e tam baixo que é já!

E' este o alcance da annunciada medida do governo, que não tem iniciativa nem intelligência nem coragem para produzir providências de alcance.

Com profundo pezar lamentamos que toda a imprensa não se tenha pronunciado contra a monstruosidade, tam vivamente quanto ella o reclama.

Pela nossa parte, deixamos aqui expresso o sincero protesto que o caso exige de todos os homens de bem, e nomeadamente daquélles que trabalham no journalismo.

A viagem do sr. Ressano

Consta a um jornal de Lisboa que o sr. Ressano Garcia regressa a Lisboa no dia 15, por ter concluido nessa data a commissão de que o encarregou o governo, para tratar de assumptos financeiros.

Folgamos muito, porque esperavamos que o ex-ministro da fazenda se demorasse meses, lá por fóra.

E, quanto mais elle se demorasse, mais se gastava, mais se perdia,

NOS HEREGES!

Estão a findar as matriculas na escola industrial Brotero; e uma rapida analyse da população matriculada dá lugar a confrontos e considerações curiosas.

A maioria das matriculas nas disciplinas de applicação profissional, provém, como aliás devia ser, da classe operária.

Está bem. Mas nos cursos de educação geral é que não deixa de causar extranhêza o retrahimento de certas classes, que, era de presumir, ali concorressem.

A classe commercial, por exemplo, faz-se representar por um limitadissimo contingente.

Têm, pelo menos, francês e arithmética duma utilidade immediata, que elles, ao parecer, desconhecem!

Quando em outros tempos se abriram cursos diversos promovidos pela Associação dos Artistas, os empregados do commercio, que então se chamavam simplesmente *caixeiros*, accorrem em grande numero, mostrando uma comprehensão louvavel das exigências da sua epocha.

De então para cá, em trinta annos, vê-se que os senhores empregados do commercio avancaram... para traz!

A Associação Commercial andou por ahi em representações, pedindo fundação de aulas de commercio. Para quê?

Para satisfazer uma tal ambição de saber, que se manifesta brillantemente pela ausência ás lições publicas e gratuitas, que uma escola official lhes offerece, isto, como está, está bem.

E não os incita um nobre estimulo de instrucção! Por isso tanta anedocta deprimente por ahi corre, a contundir commerciantes em evidência; e a provocar a hilaridade.

Os senhores empregados de hoje, os negociantes de amanhã, prescindem de mais largas aspirações, conformando-se com a penúria subalterna, que lhes ha de imprimir no futuro o cunho de marçanos transformados em patrões!

Estão fóra de razão e da ordem; mas, se não ha lei que os leve aos encontrões para a escola, como a policia leva os discolos para a esquadra, os senhores caixeiros procedem como enténdem.

Parece que no espirito destes cavalleiros vai modernamente desabrochando uma tendência, em accentuacão crescente, mas é para a dança!

Ouvimos que esse talento por ahi se vai cultivando com uma intensidade feliz!

E' um progresso pelo qual suas senhorias devem professar um leguimo orgulho!

Porque assim se preparam a conquistar na sociedade uma representacão preponderante, em garbos de valsistas e esturdia de bailarinos, nas vertigens do cancan e no rodopio dos salsifrés!...

Emfim, nesta atmospherade ronceirice tudo vai bem.

E para um país, em que a população é de 78,5 por cento de analphabetos, que mais é preciso?...

Não perturbar a folia dos mancebos!

O Reporter

Vae suspender a sua publicacão por alguns dias este diário da capital por motivo de reorganização na parte material e na de redacção.

RESISTENCIA

Redacção e administração, Arco d'Almedina, 6

Editor, José Pereira da Motta

Officina typographica, Arco d'Almedina, 6

N.º 483

COIMBRA — Domingo, 8 de outubro de 1899

5.º ANNO

Instrução pública

Sem dúvida que muitos sam os motivos que no país ha para se perderem as cogitações de todos — no futuro que nos reservará a peste que vai alastando no Porto, com uma criminosa negligência e incúria das autoridades, que mais deviam olhar por tam momentoso assumpto, e não menos no resultado que para nós advirá da guerra imminente entre a Inglaterra e o Transvaal, de que depende tanto a conservação do nosso domínio colonial no oriente de África.

Mas, ao lado destes problemas, dignos da attenção do governo e do país a cada instante, outros ha de alta importância, que não podem ser postergados. E mesmo da obrigação de qualquer governo é ir tratando simultaneamente dos assumptos de interesse público que sam urgentes e indispensaveis à vida nacional.

Dêstes um que se devia impôr a todos os governos é o da instrução pública, complexo problema que porventura sobreleva a todos, porque delle depende essencialmente a remodelação do futuro do país, pela formação de caracteres e pela criação de individualidades e de cérebros fecundos, de actividades bem dirigidas e productivas. E é êste o que mais tem sido descuidado neste país, que do estrangeiro sabe imitar as modas e os maus exemplos, mas raras vezes as lições proficuas que os países adiantados podem fornecer.

Possuimos uma instrução pública que é uma vergonha, considerada em geral, pela desarmonia de processos, estreiteza de vistas e pobreza de organização que a caracterizam.

Ha cinco annos foi organizada a instrução secundária, e por muitas vezes e largamente este jornal expôs o seu modo de ver a respeito della. Mantém ainda a mesma opinião; é a única organização, a sério, de instrução pública que possuimos, á parte defeitos puramente formaes que a prática tem revelado, e que facilmente podem ser expungidos della. Ao mesmo tempo, porém, que esta remodelação foi feita, foi elaborada também uma reforma de instrução primária, que briga absolutamente com o ensino secundário. E não se comprehendem mesmo como tal monstruosidade fôsse publicada.

Anda-se fallando em reforma da instrução superior; o que não vemos porém é estadista capaz de se abalançar a ella. Entretanto a imprensa officiosa publica que o sr. Ministro do reino vai fazer uma remodelação completa do ensino primário; que não pensa, por enquanto,

em modificar profundamente o ensino secundário, mas que irá pedir auctorização ao parlamento para lhe introduzir ligeiras alterações regulamentares, principalmente no que respeita a compêndios, mostrando-se inclinado a admitir a adopção de vários livros, cujo uso fique à escolha dos professores; e que vai instar por que os estabelecimentos de instrução se apressem a enviar-lhe as respostas que julgarem dever dar aos quesitos que lhes foram enviados sobre as necessidades do ensino.

Por esta rápida indicação se poderá avaliar até que ponto se guindará o génio reformador do sr. Ministro do reino.

Por certo que em reformas de instrução não voará mais alto o génio do sr. Luciano de Castro do que se tem elevado nas reformas electoraes, que tanto enaltecem o seu nome de regedor magno deste país e colónias.

Se não veremos...

A OPPRESSÃO

Foi querellado no Porto o protesto que appareceu naquella cidade, na semana última, com seiscentas assignaturas de industriaes e commerciantes alguns delles muito conhecidos.

Sabem os leitores a história desse protesto.

O sr. Ezequiel Vieira de Castro, presidente da direcção do centro commercial do Porto, dirigiu um telegramma ao sr. Elvino de Brito, affirmando-lhe gratidão por suppostos serviços prestados — desses telegrammas em que sam tam pródigos três ou quatro portuenses que dam a vida por ver os nomes em letra redonda.

Foi contra esse agradecimento que appareceu o protesto, no qual os signatários affirmavam que o sr. Elvino era solidário com o resto do governo, de quem o Porto só tinha agravos.

Tal foi esse resumo, o que disse o tal manifesto em linguagem altiva, mas nobre, sem violências, sem desmandos, sem incitamento a factos.

Pois tanto bastou para serem querellados os seiscentos signatários.

E' único tal procedimento.

Commetteram-se no Porto verdadeiras selvagerias, scenas de barbaria, indecências, sem uma medida repressiva.

Lembram-se os leitores daquellas manifestações contra o dr. Ricardo Jorge, nas quaes a auctoridade não interveiu ou interveiu com uma benevolência desusada.

Affrontava-se a sciência, affrontava-se o bom senso, estimulava-se a ignorância. O governo era de cêra.

Mas tocam-lhe, censuram-no, ou dizem simplesmente que elle não merece agradecimentos. O governo dá logo signaes de vida, castiga, opprime.

Digam-nos se ha oppressão mais revoltante, mais baixa que esta.

Tracta-se do interesse público e o governo é manso como um cordeiro.

Tracta-se do seu interesse e é feróz como um leão.

O GOVERNO E AS ILHAS

A agência Havas mandou dizer aos jornaes:

«Ponta Delgada, 5. — Alguns progressistas preparam uma reunião para o dia 13 do corrente, no salão do teatro, a fim de propôrem a dissolução do partido nesta cidade, por causa do governo não ter prohibido a livre prática ás procedências do continente.»

Temos o caldo entornado!

Com esta ameaça, palpita-nos que as procedências do continente, que ainda não tiveram livre prática nas ilhas, não chegarão a tê-la. E o partido dos filhos de Passos em Ponta Delgada não chegará a dissolver-se.

E' lembrar-se a gente do que succedeu no Porto. Enquanto as associações de classe e corporações scientificas pediram para ser minorado o rigor das medidas sanitárias, o governo foi de pedra. Logo que appareceu a ameaça de que o partido ia dissolver-se na invicta, José Luciano transigiu.

Dos partidos da monarchia a divisa é esta: os seus interesses acima de tudo.

Registre-se

O *Correio da Noite*, defendendo o governo por o accusarem de não ter providenciado logo que se manifestou a peste diz:

«Foi só no dia 8 d'agosto que a análise bacteriologica confirmou duma maneira segura o diagnóstico da peste.»

E depois:

«No dia 10 o instituto bacteriologico de Lisboa sancionava as conclusões do do Porto pelo resultado da analyse a que procedeu com o pus extraido do bubão dum dos doentes atacados.» Muito bem.

Mas acrescenta-se isto: no referido dia 10 negava o *Correio da Noite* que as analyses bacteriologicas tivessem provado a existência da peste.

O que quer dizer que o *Correio*, segundo o seu próprio depoimento, mentiu.

Registramos — para que o leitor não se admire de quando alguma vez tivermos que dizer que não demos crédito ao que se escreve no órgão do progressismo.

PUFF!

Ha no governo civil de Lisboa uma repartição conhecida pelo nome de—repartição das meretrizes—cujo pessoal é pago pelo dinheiro arrancado a essa classe social.

Pois estão ha meses recebendo por essa repartição, indo allí apenas assignar o ponto e receber os 18.000 réis mensaes, um redactor, um revisor e um contínuo do *Correio da Noite*.

A que cúmulo de degradação haviam de chegar os filhos dos Passos — os das gloriosas tradições!

Banco de Portugal

Em 27 de setembro a situação do Banco de Portugal era a seguinte: notas em circulação, réis 68.285:315.750; em caixa, ouro, prata e cobre, 14.270:226.430; rs. activo, contractos especiaes com o Estado e suas dependências, réis 63.863:779.712; thesouro publico, etc, 26.874:796.810 réis.

Carta de Lisboa

6 de outubro, 99.

Já se occupou a *Resistência*, no cumprimento dum dever, do chamado *decreto de repressão* — o último aborto ministerial.

Não julgo demasiado que o assumpto volte a ser ventilado—tanto mais que o decreto não é bem o que de começo se disse, o que não quer dizer que seja menos. Pelo contrario, é mais, como se verá.

O monstro determina o seguinte, segundo um jornal officioso:

«Consta o decreto dum só artigo e de um único parágrafo, pelos quaes, com excepção dos jornaes scientificos—cujas discussões não é allias permitido transcrever em publicações doutra natureza—é prohibido ás publicações periódicas daquelle districto tentar incutir no espirito publico a convicção de que não é peste bubónica a epidemia existente na cidade do Porto, ou de que os casos caracterizados ou suspeitos desta enfermidade sam provenientes de qualquer outra causa mórbida, e bem assim para o mesmo effeito e por semelhante motivo censurar as providencias de defes sanitaria contra a dita moléstia ou a pretexto dellas injuriar por qualquer modo as auctoridades publicas ou os seus agentes, sob pena de serem suspensas, e, no caso de reincidência, supprimidadas por ordem do respectivo governador civil, de cujas resoluções, neste assumpto sómente, haverá recurso interposto directamente ao governo.»

E' de pôr as mãos na cabeça! O *Diário do Governo* publicou, creio, um diploma mais estúpido, mais attentatório das regalias da imprensa e mais symptomatico de malvadez.

Vejam os. Prohibe-se a imprensa diária de transcrever as discussões das gasetas scientificas. E' a estupidez, crassa, inequalavel, a dar sentenças. Indiscutivelmente, as revistas scientificas, as de medicina, sam as que podem tractar o assumpto com proficiencia, com verdade, esclarecendo, ensinando, divulgando os conhecimentos uteis. Pois sam essas revistas que não podem ser transcriptas! E' a sua doutrina que o governo impõe, á força, que seja conhecida apenas no restricto meio onde ellas circulam. Por que? Para que? A explicação é esta apenas: estupidez.

Mais se prohibe a censura ás medidas de defes sanitaria. Onde se viu isto — prohibir censuras e medidas governativas?! E' o governo a estabelecer este principio: ou se calem ou me applaudem. O cúmulo do despotismo, o cúmulo do desafêro.

Falla-se também das injurias ás auctoridades ou seus agentes. Revela-se ainda aqui o dedo dum governo a quem não basta uma lei anti-liberal para satisfazer os seus instinctos liberticidas. A lei de imprensa estabeleceu as penas para o crime de injurias á auctoridade. Como se explica que, no momento, essas penas não bastem e se estabeleçam a suspensão e a supprissão?!

Ha a suspensão e, em caso de

reincidência, a supprissão. Mas para que, a diferença? Dêsde que não se estipula o praso da suspensão o governador civil pôde, sem reincidência, conseguir a supprissão de facto. E' ordenar uma suspensão larga: o jornal estará, por sua natureza supprimido, porque, como se sabe, um diário, deixando de viver certo tempo, perdeu o publico — perdeu a vida para sempre.

Temos, enfim, juiz para a suspensão e para a supprissão o governador civil, com recurso apenas para o governo.

Esta nota dava ideia dos intuitos do decreto, quando outras o não dêsem.

Dam-se amplas facultades para castigar a imprensa, que tem em Portugal caracter politico e faccioso, delegado de confiança do governo — o governador civil — quando taes facultades, a darem-se, só deviam ser entregues a uma entidade independente — o poder judicial, naturalmente.

E mais: entrega-se o recurso — o julgamento do acto do delegado do governo — não ainda a qualquer tribunal, que por sua natureza dêsse garantias de independência, mas ao próprio governo, ao inspirador e amigo do accusado.

Chama-se a isto fazer render toda a imprensa ás conveniências da infecta politica, impôr a todos os jornaes que sejam governamentais ou não sejam nada.

Jámais um governo abusou tam impudentemente do poder em seu proveito, para fazer impunemente tudo o que lhe convier para affrontar tam profundamente a imprensa.

A imprensa... Mas que faz ella, assim ferida, affrontada e rebaixada?! Parte della, daqui, sei eu que vai fazer, por meio dalguns dos seus representantes, daqui a minutos, na sede duma associação de classe: arrancar-se, descompôr-se insultar-se.

Em menos duma semana tem se visto isto: augmentar o preço da carne, cerca de 40 réis em kilo; e a camara abrir a arrematação para o fornecimento da carne em Lisboa por tres annos.

São dois factos gravissimos. O encarecimento immediato da carne vem perturbar terrivelmente a doirada miséria de Lisboa, onde, com detrimento da saúde publica, esse alimento tem já hoje um consumo não proporcional á população. Encarecer esse género é affasta-lo de muitos lares, é dar desenvolvimento á tuberculose, que por ahi grassa tam pavorosamente, é accentuar esses typos de anémicos e de enfêzados que constituem os caracteristicos desta população que se alimenta mal, que dorme pouco, que não se lava e que gosa muito. E', enfim, fazer crescer o número dos miseraveis e dos doentes, embora finjam não acreditá-lo os que promovem espectaculosas subscrições para combater a tuberculose.

Dar de arrematação o fornecimento da carne em Lisboa é peor porque representa o encarecimento e mais alguma coisa.

Começa por se ver que a arrematação tem sobrescripto.

O arrematante não pôde ser senão um — o que mais ou menos era já, até aqui, o fornecedor da capital e que fazia o preço mais dispondo no sombra, extra-officialmente, e por conseguinte na contingência de ver cair o seu throno.

E vê-se assim o mesquinho intuito de beneficiar apenas interesses particulares, visto que do facto de só um homem fornecer a carne —

RESISTENCIA

Redacção e administração, Arco d'Almedina, 6

Editor, José Pereira da Motta

Officina typographica, Arco d'Almedina, 6

N.º 484

COIMBRA — Quinta feira 12 de outubro de 1899

5.º ANNO

TRANSWAAL

111

A Inglaterra, aonde se levanta uma forte corrente da opinião manifestamente favorável à paz, parece hesitar em romper abertamente com os boers, a causa determinante de tanta estranha hesitação não se encontra tanto na política interna, como na resoluta attitude da Alemanha em favor do Transwaal, e cuja neutralidade — cada vez mais equívoca — inquieta seriamente os estadistas do *Foreign Office*, e, sobretudo o marquês de Salisbury, que ao contrário de Chamberlain, é o alto representante das altruistas tradições políticas da Grã-Bretanha, e o político experimentado dos mysterios da chancellaria.

Lucta, pois, o syndicato aventureiro que tem a sua frente o argenteo duque de Fife, próximo parente da rainha de Inglaterra e imperatriz das Índias, e o celeberrimo *clown* do imperialismo jingoista — Chamberlain — com os invencíveis obstáculos originados na má vontade da Alemanha e na exaltação do partido liberal, e de admirar não seria que uma oportuna e benéfica mudança de ministério viesse dar uma honrosa solução ao conflicto anglo-transwaaliano, e prender gloriozamente o prestígio da Grã-Bretanha à sacrosanta causa da Liberdade, do Progresso e da Civilização.

O homem que não hesitou em nos affrontar com o ignóbil *ultimatum* de 11 de janeiro de 1890; o estadista perseverante, astucioso e previdentemente machiavélico que se defrontou *vis-à-vis* na questão da China, com a Rússia, e que nas Filipinas applanou o caminho à occupação norte-americana, affrontando a Alemanha, que se viu forçada a abandonar os direitos da Espanha, de quem se arvorou defensora interessada — diga-se a verdade, rematando surratureiramente a sua vistoria diplomática alcançada contra as duas mais poderosas potências da Europa, no Extremo-Oriente, no incidente affrontoso de Fashoda em que a França provou renunciar por completo a todo o seu prestígio histórico e político, vê agora na hora suprema da crise mais dolorosa e difícil que o império britânico tem atravessado desde os gloriosíssimos dias da independência da América, levantar-se resolutamente contra a orgulhosa nacionalidade que elle representa, as mesmas três potências, por demais affrontadas, humilhadas e escarnecidas pela diplomacia inglesa.

E' verdade que a Rússia logrou occupar Porto-Arthur, fazendo da modesta cidade quasi

ignorada na extremidade nordeste da Mandelusia, um império commercial, convertendo o seu porto num verdadeiro ponto estratégico. Da mesma forma e com igual successo, tambem a Alemanha conseguiu arvorar a sua bandeira em Taliéwan e Lang-Tcheoug, creando alli dois pontos estratégicos em nada inferiores aos de Porto-Arthur; mas a victoria diplomatica da Inglaterra nem porisso ficou sendo considerada como menos brilhante, e as suas poderosas esquadras — iniciando em setembro de 1897 o cruzeiro naval no mar do Japão, ainda hoje representa uma séria ameaça para as duas grandes potências continentaes, e que amanhã póde-se converter num terrível facto, attentas as circumstancias propicias para a constituição duma triplice-alliança entre a Grã-Bretanha, o florescente império da Ásia Oriental e os Estados-Unidos.

E' este o perigo supremo! Se essa projectada alliança chega a realisar-se, a França, a Rússia e a Alemanha só conseguirão manter-se, oppondo a tam formidável liga, uma poderosa união, cuja acção preservativa não só consistirá na deffesa à *outrance* dos seus interesses nas questões internacionaes, mas tambem terá fatalmente de iniciar a sua ingerencia no vasto campo económico, organisando um *Zollverein* aduaneiro e commercial contra a supremacia monetária do Inglaterra, constantemente augmentada, e garantida com novos mercados na África, sobretudo se as suas armas conseguissem submeter e incorporar o Transwaal e o Estado Livre d'Orange no seu projectado império africano do Cabo ao Cairo, em cuja realização tem perseverado desde os tempos de Palmerston e de Robert Peel, que se podem considerar como jos verdadeiros modelos em que Chamberlain se inspirou ao demarcar no silencio do seu gabinete, os vastissimos horizontes abertos pela sua politica à ambição e á actividade do jingoismo britânico, que tanto concorre para inquietar a Europa, atravessando-se audaciosamente no *lusiterland* francês e allemão, o primeiro iniciado por Ferry, continuado por Ribot e sustentado, sobretudo, por Hanotaux, e o segundo traçado pelo assombroso génio de Bismarck e mantido corajosamente pelo próprio Guilherme II com uma perseverança que o honra.

Eis os interesses conjugados da França e da Alemanha, que logicamente estão sustentando a resistencia nas duas heroicas repúblicas sul-africanas, e pela sua vitalidade certamente encontra condigna explicação, o facto, bastante significativo e por demais curioso, da hesita-

ção que se vai notando na Inglaterra em se romper as hostilidades com os boers, e que parece accentuar-se, salvando-se assim, com a independência do Transwaal e do Estado Livre d'Orange, a nossa possessão mais importante da África austral — Lourenço Marques.

FAZENDA JUNIOR.

O GOVERNO E AS ILHAS

As ilhas têm feito, como se sabe, o que muito têm querido com relação aos passageiros e mercadorias do continente, consentindo, ao cabo de muito tempo e por muito favor, em recebêr apenas aquelles. O governo sujeita-se a tudo com uma cobardia sem igual.

Agora, porém, realisou-se em Lisboa uma reunião de commerciantes, que resolveram reclamar do governo que podéssem desembarcar nas ilhas as mercadorias idas do continente, sob pena de promoverem um comício pedindo demissão do gabinete.

Foi remédio santo! O sr. José Luciano jurou logo que as mercadorias desembarcariam, senão por bem, á força, para o que mandaria um barco de guerra aos Açores.

Que o exemplo aproveite. O que o governo precisa é de quem lhe falle alto e com coragem.

As três questões da actualidade

Uma alma desequilibradamente bondosa, dessas que têm compaixão pelos maiores scelerados e que encontram desculpas para os auctores das maiores e mais clamorosas perversidades, póde neste momento ter compaixão do governo lamentar-lhe a sorte. E póde tê-la ainda o espirito não doente, que olhar para a situação, sem discriminar as causas. A situação não póde ser, em verdade, mais difícil para os que têm o poder nas mãos. Accentuam-se os males, os perigos, as graves questões. Não fallemos já nos males chronicos, como é a questão financeira, no momento aggravada. Aparte esses males, o governo deposita neste instante três questões e qual dellas mais grave mais digna de intelligência e de energia, mais sedenta de lucta nobre, esforcada: o abastecimento de carne em Lisboa, a situação de Lourenço Marques ante a guerra entre a Inglaterra e o Transwaal e a epidemia da peste bubónica no Porto. Questões estas que podem synthetisar-se assim: a capital justamente alvorçada pelo apparecimento dum factor que concorrerá fortemente para o seu desequilíbrio económico — risco de perder a melhor das nossas colónias africanas — doença, mortandade, agitação d'espiritos, desequilíbrio económico, commercial e financeiro.

O quadro é bem negro, concordemos. Sam três grandes factos, cada um dos quaes bastaria para dar que fazer a um gabinete ainda que formado por estadistas de raça.

Mas merece realmente o governo compaixão por ter pela frente essas três mágnas questões.

Não merece: essa é a verdade. E, não a merece, porque as três questões que se agitam foram levantadas por elle.

A questão da carne teve o governo largo tempo para rezolvê-la. Desde que subiu ao poder que ella se discute e complica. Mas, não quis

ferir os marchantes, que sam potentados electoraes, e quis até crearlhes uma situação melhor. O resultado ahi está: é essa justificadíssima cealuma que a capital está levantando, em nome dos seus mais attendiveis interesses.

A perigosissima situação de Lourenço Marques. Quem a creou tambem? Foi a parcialidade do governo, foi o amor da politica monarchica á Inglaterra. Estariamos seguros, se fóssemos um país que tivéssemos sabido conservar a nossa independência digna e honradamente. Tornámo nos parciaes: ahi está o enormissimo perigo.

Temos, por último, por mais paradoxal que isso pareça, o governo responsável pelo estado actual da epidemia da peste. Quando os primeiros casos se manifestaram, o governo deixou andar, não procedeu. Dahi, naturalmente o alastramento, o estado a que chegámos.

De forma que as três momentosas questões de actualidade, os três males de momento, sam obra do próprio governo, que não tem que queixar-se de acaso, mas sim de si.

Não ha, pois, que lamentá-lo. Ha que condemná-lo e que maldizê-lo.

Um mata-hydras

Em tempo, o governo recebeu-se do Porto e mandou para lá, como governador civil, o sr. Augusto de Castilho.

Agora, pareceu ao governo, que da peste podia resultar qualquer agitação e novamente o mandou para o Porto, a aguardar os acontecimentos, para lhe ser entregue a chefia do districto se for preciso.

Francamente, francamente o sr. Castilho, pelo seu nome, pela sua reputação, pelo seu passado, devia querer ser mais alguma cousa do que mata-hydras.

Mas é afinal o papel em que se investiu.

A perda da Africa Oriental Portuguesa

A *Gazeta do Voss*, jornal allemão diz:

«Um tratado anglo-allemão, referente ás possessões portuguezas da Africa, ha cerca de dois annos que está concluso.

Ninguem póde contestar a existência desse documento, a que, dadas certas circumstancias, se dará execução, sendo provavel que, em poucos dias, possam fixar-se bem as opiniões sobre as cláusulas desse tratado».

O mesmo jornal informa:

«Respeitar-se-ha a suzerania de Portugal, mas sob o pretexto dum *contrôle*, financeiro; tomar-se-ha temporariamente conta dos seus portos na Africa Oriental».

Dreyfus

Foi examinado em Carpentras pelos médicos Bisvaud, Cavaidon e Grimaux, a pedido da familia, o capitão Dreyfus, refnindo depois aquelles em conferência afim de combinarem o plano a seguir no tratamento do enfermo.

Dreyfus tem melhorado bastante, esperando os médicos obter uma cura definitiva.

O 7.º Congresso Geográfico em Berlin

Coincidindo com o aggravamento do conflicto anglo-transwaaliano, está refnido o 7.º congresso geographico em Berlin, presidido honorariamente pelo conde de Hohenlöhle, filho do principe do mesmo titulo, actual chanceler da Alemanha, e a que assistem as maiores summidades scientificas da Europa, América e Asia; delegados de diversas sociedades de Geographia, entre ellas os da sociedade de Lisboa, representada pelo sr. Estevam de Vasconcellos e conselheiro Luciano Cordeiro, que alli têm sido acolhidos duma forma assás honrosa para o país que representam.

Diversas communicações de grande interesse scientifico têm sido feitas pelo principe Alberto de Mônaco, o conde de Haardemberg, delegado da Suécia-Noruega e dr. Toelbrück, representante da sociedade de geographia de Copenhague, que pronunciou um discurso notavel sobre explorações ao pólo norte, desenvolvendo toda a coordenação histórica desses importantissimos commettimentos desde as viagens de exploração de Cook e Dumont D'Urville ao pólo sul e de Christovam Middleton, Parry e Franklin ao pólo norte, até á última e fatal expedição commandada pelo arrojado explorador Andrée em 1896, e de que infelizmente ainda até hoje não ha pormenores que esclareçam a catástrophe que a fez mallograr.

Os delegados russos Truelba e Hasbloff, desenvolveram largos conhecimentos sobre anthropologia, geographia, climatologia, ethnologia, ethnographia e meteorologia geographia, secundando os esforços scientificos do principe de Mônaco sobre zoologia, geographia, orographia, e, sobretudo, sobre hydrographia.

A Austria e a Itália têm no congresso uma mágnfica representação, sobretudo o primeiro desses países, superiormente representado por Felver, Adhelmar e Adler — o eminente professor de Vienna.

Os trabalhos preparatórios do congresso, foram iniciados pela leitura dum telegramma de saudação aos congressistas, do imperador da Alemanha, que nelle affirmou a superior cultura litterária e scientifica do seu luminoso e robustissimo espirito, fazendo votos pelo exito do congresso, que — dando formidável impulso á expansão dos conhecimentos geographicos — todos os países, especialmente os coloniaes, tinham tudo a ganhar com as conclusões que nessa importante reunião scientifica fóssem votados, terminando a sua sympathica saudação com a expressão do seu profundissimo pesar em não poder assistir á abertura das sessões, restando-lhe a consolação de acompanhar em espirito os trabalhos do congresso; fim supremo de toda a sua sollicitude pelo desenvolvimento das lettras e das sciencias.

Terminada a leitura do telegramma de saudação, de congratulação e de alta solidariedade de Guilherme II aos congressistas, o principe de Hohenlöhle tomou a presidência da mesa, e num curto, mas brilhante improviso aquelle venerando velho de 83 annos prendeu a attenção do selecto auditorio ao ratificar eloquentemente as aspirações formuladas pelo imperador, concluindo a sua notabilissima oração com o convite dirigido ao principe Alberto de Mônaco e ao conde de Waldersée para presidente e vice-presidente do congresso; aos srs.

RESISTENCIA

Redacção e administração, Arco d'Almedina, 6

Editor, José Pereira da Motta

Officina typographica, Arco d'Almedina, 6

N.º 485

COIMBRA — Domingo, 15 de outubro de 1899

5.º ANNO

O TRANSWAAL

IV

Romperam-se já as hostilidades entre o Transwaal e a Inglaterra, pelo facto bastante suggestivo da rejeição do *ultimatum* da heroica república da África Austral, no qual se marcava o prazo de 48 horas para a retirada das tropas inglesas concentradas nas fronteiras daquelle Estado sul-africano desde julho e agosto do corrente anno; accentuando-se a suprema razão de semelhante procedimento no facto, já por demais revelado, de se ter conservado a Grã-Bretanha na expectativa de *ganhar tempo*.

A effervescência que inquieta o dominio inglês no Cabo, tornando irreconciliavel os elementos ethnicos dos dois vigorosos povos do Norte — o anglo-saxão e o germânico, pode ser o signal de uma formidável insurreição que, além de ser um poderoso derivativo na defesa dos burgshers, concorrerá talvez efficaçmente para a constituição e posterior advento geographico, politico e social dos futuros *Estados-Unidos da Africa do Sul*.

Facto bastante significativo e que até certo ponto revela bem claramente o grau de tensão de inconciliáveis ódios entre os dois elementos sociaes mais importantes da Africa meridional, foi o resultado das eleições geraes de deputados na colônia do Cabo em setembro de 1898, em que o gabinete presidido pelo famigerado aventureiro Cecil Rhodes, o mais odiado dos agentes de Chamberlain, batido formidavelmente na urna, teve de abandonar o logar a um governo de *afrikanders* puros, sob a presidência de Schraimer, o sympathico chefe burgher de Cap Town; o talentoso antagonista do chefe da *South African Company*, que tanto e tam notavelmente se tem distinguido nas luctas parlamentares em prol dos direitos e regalias populares.

A' semelhança de seus heroicos ascendentes, os velhos lobos de mar que tiveram a suprema audácia e invejavel gloria d'arvorar o pendão da sua invencível República desde as ameias meio derruidas de Leyden e da Haya e dos formidaveis e quasi inacessíveis bastiões d'Amsterdã até aos pontos mais remotos do Globo, os valentes voluntarios da guerra do Transwaal saberão certamente defender com o valor — que todos os povos civilizados legitimamente lhes reconhecem — a sacrosanta causa da sua sympathica nacionalidade, cujo direito consagrado na consciencia de todos os povos cultos, será a maior e a mais vehemente condemnação

da Inglaterra, que não trepidou em affrontar mais duma vez o Direito e a Justiça.

Cobre-se de crépes a civilização; traja rigoroso lucto a Liberdade; protesta na vehemência dolorosissima de sua angustiosa dôr a Justiça, mas na hora avançada do Progresso que a humanidade attingio não se deve olvidar o poder soberano da Opinião internacional — consciênte e illustrada — que outra coisa não é mais do que o fiel reflexo do sentir das chancellarias europeias.

E essas chancellarias, que ainda ha pouco divisaram o direito das nacionalidades e as mais caras aspirações dos povos — historicamente symbolizados nesta gigantésca e assombrosa tragédia da Revolução Francêsa — na conferencia da Haya, especialmente convocada por intermédio de Nicolau II para o reconhecimento de arbitragem e desarmamento internacional, parece assistirem de braços cruzados no mais condemnavel e damnoso indifferentismo ao desencadeamento duma guerra, que reveste um character sagrado porque do seu desenlace está dependente o futuro de dois povos — legitimos representantes da civilização europeia e tronco rejuvenescido da heroica Hollanda republicana que tam gloriosamente defendeu a sua incontestavel supremacia de nação maritima contra a Inglaterra, oppondo aos grandes nomes dos almirantes ingleses, os não menos grandiosos e veneraveis de Tromp, de Roer Dick, de Vankchopp, o vencedor da batalha naval de Texel contra as esquadras combinadas da Grã-Bretanha e da França no memoravel anno de 1672 quando o despotismo de Luis XIV concitava após si a colligação europeia contra a sympathica República, que — sob a presidência do immortal pensionário João de Witt, o Themistocles do norte — tantas e tam gloriosas emprêsas levou a cabo na África, na Ásia, na América e na Oceania contra o poderio da Espanha de Filipe IV e de Carlos II; e, sobretudo o nome brilhantissimo e impanavel de Ruyder, o inolvidavel almirante de Messina e de Palermo e o heroe de Marsala, em cujo combate destroçou por completo a esquadra francêsa que contava reduzir a Sicilia à obediência e fidelidade da corôa espanhola — do emblema symbolico dessa casa d'Austria tam odiada pelo seu orgulho, seu poderio e desmarcada ambição, derruidos pela habil política de Richelieu.

E' esta a suprema gloria das duas sympathicas e heroicas Republicas sul-africanas; o espirito aventureiro e indomavel dos valentes republicanos do Norte, dos destemidos aventu-

reiros e habilísimos navegadores hollandeses, que — para enriquecerem a sua Pátria não hesitaram em descobrir um novo caminho para a Índia pelo estreito de Béhring — revive na sua honrada e corajosa população para mais duma vez repellirem a odiosissima dominação que a Inglaterra lhes tenta impôr com uma violência que recorda Hensieta e Horsa!

FAZENDA JUNIOR.

O *Tribuno Popular*, na sua áncia de desculpar tudo o que possa trazer responsabilidades ao governo amigo, acha natural que os rótulos de desinfectão duns fardos do Porto que chegaram a Lisboa sem signaes de tal desinfectão, caissem pelo caminho.

O *Tribuno* a metter os dedos pelos olhos dentro da gente! Não sabe, innocente que elle é, que as desinfectões no Porto sam o que ha de mais pândego... Pois olhe que o governo amigo sabe o bem.

E diz ainda que — «os fardos vêm do Porto desinfectados, visto que levam os dísticos».

Então finge não saber que sam appostos rótulos de desinfectão em muitas coisas que nem cheiro de desinfectão apanham?

Que excellente occasião de ficar callado não perdeu o *Tribuno*.

A situação commercial do país

Os jornaes governamentais têm-se cançado de folgar porque os rendimentos aduaneiros têm augmentado nos últimos meses. E' uma exploração ignóbil essa, porque esse augmento só é motivo para nos entristecermos, desde que se averiguem as razões.

Acabamos de ler o último *Boletim commercial e marítimo*, publicação da direcção geral da estatística, cujo n.º 5.º, relativo aos meses de janeiro a maio, appareceu ante-hontem. Os algarismos que ali apparecem explicam tristemente o augmento do rendimento das alfandegas.

Assim vemos que nos referidos cinco meses a importação da classe III — fios, tecidos, feltros e respectivas obras — foi de 2.986.549.000 réis. Em igual periodo do anno anterior fôra de 2.665.000 réis. E' uma differença contra este anno, que ninguem pôde dizer que signifique melhora.

A importação de cereaes foi de 3.330 contos, quando no anno anterior fôra de 1.906 contos. E' outra differença, que ninguem pôde apresentar como symptoma da nossa prosperidade.

Mas, sem entrar em detalhes, os algarismos que exprimem o commercio geral sam duma desoladora eloquência.

O valor da importação, que em 1898 foi de 26.490 contos, subiu em 1899 a 29.717 contos — isto é, cresceu 3.227 contos.

A exportação, que em 1898 foi de 18.002 contos, subiu em 1899 a 19.714 — apenas mais 1.712 contos.

A importação excedeu, pois, a exportação em 10.003 contos, que representam o nosso deficit commercial.

Ora um país que tem um deficit commercial de 10.003 contos em 5 meses não tem razão para folgar mas para chorar.

Demais esse deficit foi superior aos dos correspondentes periodos dos annos anteriores.

Em 1898, a importação foi de 16.490 contos e a exportação de 18.002 — deficit 8.488 contos.

Em 1897, a importação foi de 23.266 contos e a exportação de 15.424 — deficit 7.842.

Quer isto dizer que o deficit commercial tem augmentado d'anno para anno, o que significa que a situação peora.

Inspecções militares

Fôram submettidos a inspecção 353 mancebos do concelho de Coimbra; pois escaparam pelas malhas da tabella, apesar de todos os rigores desta, 250, ficando apurados definitivamente só 103! E ainda faltaram as inspecções 198, porque ellas este anno não estavam boas...

Serviço militar obrigatório é isto. Quem não der votos, ou aguenta o serviço todo, pelos outros, ou tem de largar os 150.000 réis da ordem!

A moralidade sempre triumphante.

Providências sanitárias

E' bem conhecida já a pernicioso influencia dos ratos na propagação da peste bubónica. Indicada por todos os homens de sciencia e insistentemente recommendada pelo dr. Ricardo Jorge e até pelas instrucções que o ministério do reino fez expedir para todo o país, a destruição dos ratos deve ser tomada na maior consideração pelas autoridades todas.

No Porto e em Lisboa têm sido tomadas as possiveis providências; em Coimbra, porém, e vái já tanto tempo passado depois de terem chegado ordens superiores a este respeito, ainda nada se fez sobre tal assumpto! Esta falta de previdência, este desleixo manifesto tem sido geralmente notado e censurado por todos. E não se explica como o sr. Governador civil permanece assim indifferente, mesmo perante instrucções superiores. Será difficil pôr em prática a extincção da rataria que infesta a cidade?

Crêmo-lo bem; mas o que será bem fácil é tentar essa extincção, como no Porto se tem feito.

Voltaremos ao assumpto, e oxalá que na primeira occasião possamos já noticiar que providências foram tomadas. Mas parece-nos bem que teremos de censurar...

Está restabelecido o sr. Charles Lepierre, illustre chymico e bacteriologista, que por se ter vacinado com o soro Yersin soffreu um incómodo, que não justifica nem explica o alarme que provocou.

Cumprimtamos o talentoso professor.

Pela Associação Commercial desta cidade foi sollicitada do governo a modificação do regulamento do sello, por forma a tornar-se mais fácil e menos dispendioso o processo das licenças relativamente aos estabelecimentos de bebidas.

Inspecção ao mercado

Temos clamado constantemente por inspecções rigorosas ao mercado, mas quem o deve fazer parece que não olha para tal assumpto. Ainda na sexta-feira lá foi vendido peixe em mau estado, cheio de vermes da ténia!

Mas entãem em que terra estamos nós?

Bem se vê que a imprensa grita aos inféis! Não ha meio de se mover quem não está para se ralar...

Carta de Lisboa

14 de outubro, 99.

Para amenisar, comecemos por fugir das questões mais tratadas no decorrer da semana. E occupemo-nos dum assumpto do dia, quasi despercebido pelas gasetas mas eloquentissimo em seus detalhes e tristissimo em suas conseqüências.

Ha dias annunciou o *Diário de Noticias* — a *Resistencia* deu conta da noticia — que havia uma reclamação de natureza diplomática, sobre a forma por que decorrêra o concurso para a arrematação do nickel.

Agora, a *Pátria* noticiou que a reclamação estava sendo feita pelo encarregado dos negócios da Austria, em defesa dos interesses da casa Krupp.

Em resumo, diz o jornal republicano, o caso é que foi aceita a proposta daquelle casa, por ter sido declarada nulla a de uma casa belga, em virtude da carta lida no acto de abertura das propostas. Depois, deu-se a essa carta uma significação diversa e foi posta de parte a proposta da casa austriaca.

Depois dando um pormenor:

Em abril, não estando ainda aprovado no parlamento o projecto sobre o nickel — nem cremos, apresentada a respectiva proposta — já andava pelo extranjeiro um delegado do governo português — cá estamos no vicio dos delegados — a averiguar em que condições podia ser fornecido o nickel. E nesse mesmo mês o referido delegado fazia contracto provisório com uma casa, por preço que as propostas depois apresentadas provam que era carissimo.

Não ha duvida de que isto é já curioso.

Sem a proposta de lei estar ainda sequer apresentada ao parlamento, um delegado do governo andou já pelo extranjeiro, a cata de nickel. Era por signal o sr. Casimiro Lima, sub-director da casa da moêda.

E tambem é curioso que, não havendo ainda nem sombra d'authorização para a cunhagem, se realizasse já um contracto provisório.

Que pressa, que actividade, que desejo de... fechar um contracto! Mas ha mais bonito.

Fechado o contracto provisório, a casa Krupp, agora reclamante, enviou uma proposta em condições muito mais vantajosas de preço e preenchedo lacunas inadmissiveis. Assim fixava-se a percentagem do nickel e das impurêsas — fixação que, como é óbvio, devia ser imprescindivel mas que não estava feita no contracto provisório.

O enviado do governo, apesar de serem tam poucas as casas fornecedoras de nickel, não encontrára a casa Krupp, que parece ser a primeira ou das primeiras.

Que imaginam que fez o governo ante essa proposta?

Dirigiu uma circular com todas as bases della — excepto as de preço — às casas fornecedoras de nickel, marcando um determinado dia para a abertura das propostas. E, por signal, o prazo foi fixado de forma que a casa Krupp não podia enviar propostas pelo correio.

Mas, chega o dia do concurso e a casa Krupp concorre, como outras, por meio de proposta telegraphica,

RESISTENCIA

Redacção e administração, Arco d'Almedina, 6

Editor, José Pereira da Motta

Officina typographica, Arco d'Almedina, 6

N.º 486

COIMBRA — Quinta feira, 19 de outubro de 1899

5.º ANNO

O TRANSWAAL

V

Realizam-se gloriosamente os sacrificios de justa victória para a sacrosanta causa da heroica República sul-africana, e o entusiástico vigor com que se abriram as hostilidades, revela-nos que habil mão, occulta na sombra, está forjando a arma contra a supremacia da soberba Inglaterra!

O inicio da ruína do império britânico, a plena realisação da prophesia de Bismarck está até a dois passos da nossa formosa e ampla bahia de Lourenço Marques como que a accusar a velha monarchia portuguesa da sua alliança com um país que assim calca aos pés os direitos dos povos.

A hora, excepcionalmente terrível que se atravessa, é daquellas que relembra ás pequenas nações lições preñhes duma severa moralidade, exemplos históricos que devem fructificar pela verdade inconcussa dos seus factos, e, sobretudo pelas fataes consequências que dellas dimanam para a liberdade e autonomia dos povos que, pela sua condemnável indifferença, não se resguardam a tempo do perigo que os ameaçam, abandonando a traiçoeiros governos a sua causa, que significa o repúdio do seu bem estar, a desgraça de milhares de familias e o sacrificio da sua independencia — suprema abjecção da ignorancia politica.

É esta a situação, nitidamente clara pela sua innegavel evidência, em que Portugal se encontra para com a Inglaterra, e, enquanto a opinião da Europa abraça e sustenta com um consolador entusiasmo, a causa do Direito e da Justiça, o governo português, desdenhando a opinião independente — reduzida a uma insignificante minoria, verdade seja, mas muito significativa pela auctoridade do seu talento e da sua illustração — vale pela enorme maioria dos que não albergam uma opinião... dos que não vivem e nem sentem, apertu cada vez mais a sua alliança com a Grã-Bretanha, esquecido do antecedente funesto da questão de Lourenço Marques e do ultimatum de 11 de janeiro de 1890 em que fomos vilmente affrontados pelos próprios que hoje recebem o Transwaal, cuja attitude digna, resoluta e heroica, lhes evoca tragicamente os acontecimentos de 1881.

Revela-se agora o perigo entrevisto por occasião da vinda da esquadra inglesa ao Tejo em maio do corrente anno!... A Inglaterra que desde o tratado em que se viu forçada a reconhecer a independencia do Transwaal, tem pensado constantemente na guerra, dissimulando os seus propósitos durante 18 annos com a subtilíssima duma diplomacia, que já não logra enganar ninguém, exforça-se sempre em exercer cautelosa pressão sobre Portugal no intuito, bastante transparente e por demais conhecido, de senhoar Lourenço Marques a

sua vontade, favor da sua ampla bahia estação-naval e logar d'exercicios das suas esquadras, convertendo por ultimo a sua admiravel situação geographica num superior ponto estratégico, em cujos flancos — a coberto da artilheria inimiga — possesse basear vantajosamente as suas operações numa guerra offensiva contra a independencia da República, que — desprezando a imminência do perigo — teve a suprema honra e a suprema gloria de resistir por longos meses ás suas iniquas pretensões, regeitando-lhe afinal o seu affrontoso ultimatum que ficará gravado na História como um admiravel e severo documento da má-fé britânica.

É este o grande, o supremo perigo!... Os propósitos affrontosos da monarchia estão por demais patentes nesta questão de tanta magnitude.

Mas, felizmente, os interesses desconhecidos das potências europeas velam sollicitamente por nós.

A Allemanha, veria em sério risco a sua tentativa d'expansão e colonisação africana, se a Inglaterra para mais facilmente esmagar o Transwaal e o Estado Livre de Orange e prevenir a revolução, que se julga imminente, do elemento afrikander do Cabo e dos povos limitrophes das duas Repúblicas, lançasse mão de Lourenço Marques, ameaçando assim os seus estabelecimentos coloniaes de Kionga e da Zambézia, este último adquirido pelo tratado de 1884 e por uma pretendida cessão do sultão daquelle pequeno estado da África oriental, onde Melinde, Quilôa e Mombaça recordam os tempos da nossa glória e da sublime epopeia do Gama em demanda da Índia, levando nas pregos dos seus pendões — desfraldados à brisa do Oceano Índico — a fortuna de Portugal, sob o augusto símbolo da religião christã.

Da mesma forma, a França não veria com bons olhos a tem temida occupação que daria à Inglaterra a faculdade e o almejado pretexto para a contestação do seu dominio em Madagascar e da sua supremacia commercial e naval no canal de Moçambique, o que certamente levaria o governo da poderosa República a esquecer os seus antigos agravos, e a lançar-se abertamente nos braços dos seus adversários d'outrora, convertidos quasi nos seus amigos de hoje e aliados d'amanhã, no justificado intuito de se defenderem contra a louca ambição do febril imperialismo saxão, levada ao cúmulo da demência pelos tresloucados projectos de Chamberlain.

Não!... não pode ser, nem será certamente assim!... As grandes potências continentaes da Europa, sem exclusão da própria Rússia immersa nos seus gigantescos projectos sobre o continente asiático, terão forçosamente de intervir mais tarde, resalvando pela diplomacia, ou pela força os seus direitos com a rigorosa manutenção do statu-quo na Africa Austral.

FAZENDA JUNIOR.

Como se vencem difficuldades

As *Novidades*, entendem que é symptoma de que as crises financeiras marcham bem, o facto de ter o governo recusado uma offerta de adiantamento de 500.000 libras que lhe fez a casa Burnay em termos reputados razoaveis.

Pois nós não somos da mesma opinião.

A recusa explica-se por outras razões.

Uma dellas é não estar agora na graça dos deuses a casa Burnay, cujo chefe, se não estamos em equívoco, declarou mais duma vez no parlamento que não queria mais negocios com este governo.

Outra é ter o governo encontrado um systema cómodo de occorrer ás difficuldades. É estampar cédulas e cunhar moedas de 1000 réis sem conta nem peso nem medida.

Mas os resultados dêsse systema não de vêr-se.

As difficuldades, essas, tornam-se insuperaveis numa época próxima.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

Passou hontem o 1.º anniversário do fallecimento do satídoso jornalista — Joaquim Martins de Carvalho, fundador do nosso collegalocal, *O Conimbricense*.

Bôdo

Das *Novidades*:

«O sr. visconde Guilhomil, secretário particular do sr. ministro da justiça, foi nomeado para servir em comissão o logar de ajudante do procurador régio junto da Relação do Porto. O sr. dr. Ovidio de Alpoim, que estava exercendo esse logar, foi nomeado juiz de direito da comarca de Moimenta da Beira.

«O sr. dr. José Mégre, secretário particular do sr. ministro das obras publicas e delegado do procurador régio na comarca de Villa Franca de Xira, foi transferido para a comarca de Oliveira de Azemeis.»

O ministério das obras publicas era dantes e ministério dos escândalos e dos favoritismos por excellência.

Agora leva-lhe a palma o da justiça.

Ou não estivesse lá o sr. Alpoim — o dos canticos sobre a moralidade.

LOURENÇO MARQUES E MACAU

Affirma o *Dayl Mail* que a França tomará conta de Macau no caso de Portugal fazer quaesquer concessões à Inglaterra em Lourenço Marques.

Philipinas

O major-general Otis telegrapha que o movimento das forças do general Schvan logrou bom exito: foram inflingidas grandes perdas aos insurrectos, dos quaes ficaram mortos 200 e feridos 400 sendo destruidos os seus aprovisionamentos.

Venezuela

O presidente Andrade prepara-se para abandonar a capital. O general insurrecto Castro está senhor da situação.

ELEIÇÕES

No próximo mês de novembro devem realizar-se as eleições geraes para deputados.

Oiço vagamente que o directório republicano tenciona apresentar candidatos. Não sei até que ponto será verdadeiro esse boato, que, a ser exacto, entendo eu que o partido republicano não tem vantagem nenhuma em ir à urna.

Dado mesmo que vença em um ou mais circulos, a presença de deputados republicanos no parlamento não aproveita ao nosso partido, mas ao governo, ás próprias instituições.

O parlamentarismo em Portugal caiu numa incúria vergonhosa depois da famosa lei eleitoral do sr. João Franco, a qual lei gerou o *solar dos barrigas* de ridicula memória.

Caído o ministério regenerador, extinto o *solar dos barrigas*, a câmara eleita pelos progressistas não era menos *solar* do que o que tivera a chancellia Hintze-Franco, apesar de re-unir na velha câmara dos pares.

A imprensa republicana, a opinião geral do país ligava a menor importância ás discussões (?) que se ventilavam em S. Bento como ás polémicas (?) que se haviam travado na sala da Academia.

A segunda câmara era a edição da primeira.

É até para a opinião ter melhor fundamento lá estavam algumas das figuras mais proeminentes do *solar dos barrigas*: o sr. Mello e Sousa, o sr. Moncada, o sr. Luciano Monteiro, o sr. Marianno de Carvalho...

Faltava, é certo, o sr. Motta Gomes, mas lá estava o sr. Lourenço Cayolla que tam alto o havia erguido nas suas chónicas do *Correio da Noite*.

Ora levar deputados republicanos ao parlamento é dar caracter de seriedade ao que está considerado como baixa comédia, é interessar o país inteiro numa coisa de que nada pôde esperar, porque não serão dois ou três deputados republicanos que poderão arrancar a uma câmara de Panúrgios com o selo do ministro do reino, leis que interessassem ao povo.

Allega-se que a ida do partido republicano à urna tem a vantagem de disciplinar, de unir forças e de mostrar que ainda temos a antiga importância.

Quer-se realmente disciplinar e unir elementos?

Melhor seria reorganizar as antigas commissões parochiaes e municipaes, organizar missões de propaganda pela provincia, congraçar por meio duma politica séria, sensata e ao mesmo tempo desassombrosa e rigorosa, todos os elementos que andam dispersos fazendo fôgo de guerrilhas ou que se afastam

ram entristecidos com esta politica de quietação e d'águas mornas em que ha annos vive o nosso partido.

Quer-se mostrar força, importância?

Trabalhemos para a República — que não ha de ser feita com listas...

C. CALLIXTO.

Eschola industrial "Brotero"

Acham-se ainda fechadas as differentes aulas professadas nesta eschola, com grave prejuizo dos alumnos que nella se matricularam, por ser exactamente nesta epocha que, com mais regularidade podiam frequentá-las.

Na secretaria da mesma eschola não sabem ou fingem não saber a que attribuir uma ordem vinda da repartição do commercio e industria a sustar a sua abertura que devia ser no dia 9 do corrente.

Fallou-se primeiro em nova reforma; mas parece que por agora se não trata de semelhante pantomima.

Porque é, então?!...

E a propósito, perguntámos: — porque não foi ainda restituída aos alumnos, que frequentaram a eschola no anno lectivo passado, a pequena quantia depositada como fiança de assiduidade, conforme manda a lei?

A administração superior das escholas industriaes é como todas as administrações superiores, simplesmente inverosimil.

Seja, porém, o que fôr, no caso de que nos deixamos, o certo é que, quem soffre sam aquelles que por sua livre e espontânea vontade foram matricular-se, na intenção de poderem aproveitar aquellas aulas, pelo que sam dignos de todos os louvores.

Um grande mal

A Associação Commercial de Lisboa, recebeu do Rio de Janeiro, do seu agente, o telegrama seguinte:

«Prohibida importação procedências Leixões.»

Esta noticia é immensamente grave.

Prohibida no Brasil a importação das procedências de Leixões, Portugal, e em especial o Porto, soffrerá prejuizos consideraveis.

Ninguém ignora que a exportação do Porto para o Brasil representa, mórmente em vinhos, um valôr consideravel, que dá uma importante receita para os rendimentos aduancieiros.

Fechada essa porta, o commercio portuense e o thesouro soffreram consideraveis prejuizos.

Poderia o governo evitar esse mal?

Com bôa vontade e intelligência, talvez.

Mas bôa vontade e intelligência sam cousas que elle não conhece — nem de vista.

Que degradação!

Jornaes de Lisboa, falando dum sobrinho do presidente do conselho, agora nomeado para uma delegacia no Porto, accusam-no de trocar presuntos por recrulas.

E diz-se isto e escreve-se isto — sem que ninguém conteste nem peça explicações nem se dê por aggravado.

A que suprema miséria chegámos!

PUBLICAÇÕES

O Occidente—Recebemos o n.º 748 do Occidente, preciosa revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro.
Publica as seguintes magníficas gravuras:
Retrato do distinto médico Curry Cabral; A sôpa económica no largo de Arroyos, reprodução do célebre desenho de Domingos António Sequeira e gravura de Queiroz, hoje raríssima o que constitue um precioso brinde aos assignantes do Occidente; A Torre de Quintella.
Na parte litterária publica as seguintes artigos:
Crónica occidental, por D. João da Câmara; A sôpa económica no largo de Arroyos, por Gomes de Brito; O Sacerdote catholicô e a sua missão, por D. Francisco de Noronha; O Descobrimto do Brasil, narrativa dum marinheiro; O Mocho silencioso, por H. Sudermann; A Torre de Quintella, por Henrique das Neves; Publicações.
Agradecemos.

Collecção Paulo de Kock.—Um doidivanas. A' acreditada livreria editora lisbonense de Guimarães, Libânio & C.ª, devemos a finêsa da remessa das cadernetas n.ºs 5 e 6, do romance de Paulo de Kock—Um doidivanas, que devêras agradeceremos.
Na secção respectiva annunciamos esta excelente collecção de litteratura koc- kiana.
Benoit Malou—O socialismo integral.—Tradução portugueza de Heliodoro Salgado.
Continua com a maior regularidade a publicação desta importantíssima obra, de que acabamos de receber os fascioulos n.ºs 7 e 8, do 2.º vol.
Encontra-se á venda nas principaes livrerias.
Os pedidos, acompanhados das respectivas importâncias, devem ser dirigidos a M. Valente d'Almeida, rua do Meio, á Lapa, 1, Lisboa.

A questão da Ribeira-Peixe na ilha de S. Thomé
(2.ª série)
III
A denuncia das Terras denominadas Ribeira-Peixe não está nem ficará deserta;
Os que as usurpam ao Estado não gozam nem gozarão do seu rendimento;
Só pela farronca de os ter, gastam e gastarão algo que de igual origem lhes adveio;
Deixando assim que outros comam os figos todos e a elles arrebentem os beiços sempre.
(Resistencia, n.º 481.)

Determinou a Portaria Régia n.º 18—A—de 19 de fevereiro de 1895—e nesta parte, bem claramente—que: «O governador mande proceder com urgência á demarcação official e confrontações do dito terreno do Estado que, depois de denunciado como usurpa-

61 Folhetim da «RESISTENCIA»
ERNEST DAUDET
DEPOIS DO PECCADO
LIVRO SEGUNDO
I
—Bani-lo! Juro-lhe que não penso nisso. Quer lance um olhar sobre o passado, quer me esforce por interrogar o futuro e arrancar-lhe o seu segredo, é Pierre que me apparece, como o amigo mais seguro, o mais fiel, o mais caro.
—Então, é pena que o seu amor tivesse escolhido outro; suspirou, provando com esta linguagem que não tinha adivinhado a verdade.
—O meu amor! exclamou Magdalena.
Depois dêste grito parou.
—E lá acrescentar.
—E's tu. Abre a tua razão, comprehende que é a ti que amo.
—Mas não se atreveu naquêlle dia a levar mais longe a sua confissão.
—A noite, que se seguiu, foi para Magdalena uma noite relativamente

do pela firma Valle Flôr & C.ª, á dita firma allega e confessa estar encravado em propriedades por ella possuidas.
Ora demarcar e confrontar um enclave, confessado e como tal aceite, é o que?... Um pleonasmos?!... Se está encravado em propriedade da firma ou fôrma, por mais torta que ella seja, necessariamente demarca e confronta, por todos os lados, com essas propriedades; e para se poder apreciar o valor da troca proposta, bastava somente medi-lo. Mas é que, para medir, era preciso achá-lo primeiro. Que é delle?..

Bem alto e bem claro o affirmo: —O Estado não tem, em toda a ilha de S. Thomé, nem um palmo de terra encravado em propriedades da firma Valle Flôr & C.ª! Se o governador interino relatou essa mentira, fa-lo-ia de graça e não a sério? E não o tomando a sério, é que o nobre ministro teria, no seu despacho, mandado verificar a existência do tal enclave.—verificação que, na redacção da portaria, seria convertida na cómmoda e rendosa calinada da demarcação e confrontação do enclave?..
Não foi de graça, não. Foi bem a valêr! E já se vai vêr o que isso valeu ao governador interino que, além de inventar o tal enclave, levou o seu valimento até ao ponto de encravar a mesma determinação superior para a verificar,—expedindo ao Administrador do Concelho o seguinte officio, que tem o n.º 284 e a data de 31 de março de 1895:

—«A régia portaria n.º 18—A de 19 de fevereiro último... determina no seu n.º 2 que o governo provincial... mande proceder com urgência á demarcação official do dito terreno do Estado... em harmonia com os interesses da Fazenda Pública. Sendo, pois, urgente proceder á demarcação e confrontação dos terrenos que a firma Valle Flôr & C.ª confessa pertencerem ao estado e que não estão, por conseguinte, incluídos na parte sobre que ha contestação de dominio e posse a que se refere o n.º 1 da citada portaria, encarrega-me s. ex.ª o governador interino de dizer a v. ex.ª se sirva de, sem perda de tempo, proceder ao referido serviço.
Inclusa se remette a v. ex.ª a planta dos terrenos que se devem demarcar e confrontar e de que já anteriormente foi enviada cópia ao ex.º ministro da Marinha e Ultramar.
Deus guarde a v. ex.ª etc...»

E não satisfeito com esta recom- felis. Dormiu socegada, não tendo outro cuidado mais em occultar o seu passado, para Pierre o não poder adivinhar. Até aquêlle momento, não se tinha preocupado com a presença da tia Têlémaque naquella casa. Não lhe occorreu que aquella mulher, que tinha enchido de benefícios, mais por fraqueza que por affeição, podesse mostrar-se indigna e trair a sua confiança. Mas agora tinha medo duma palavra imprudente, duma indiscricção que pudesse revelar a Pierre a verdade que pretendia esconder-lhe. Quando se ame, acredita-se tudo e ella tinha medo da lingua da tia Têlémaque. Uma palavra imprudente sua podia perdê-la para sempre. Foi esse tormento que lhe tomou o coração, desde o despertar e que a levou a uma explicação com aquella mulher que admitira até então na intimidade da sua vida.
Pelas novas horas, quando Magdalena, acabava de levantar-se, a tia Têlémaque entrou no quarto, como fazia em Paris, e como se não houvesse mudança alguma na existência de Magdalena, disse-lhe:
—Vens a propósito. Tinha de te fallar.
—Estou ás tuas ordens, respondeu a tia Têlémaque, é para preparar a partida?
A tua, se tens pressa de me deixar; porque eu não parto.
—Espero que tu possas voltar para Paris.
—Então tens muito que espe-

mentação por escripto, outro valor mais alto dava o governador interino á graça com que ludibriava o ministro, gritando da janella do palácio para a rua, ao administrador do concelho, quando de caminho para esse serviço:

«Olhe lá, oh patricio! o que vy. têmea demarcar não são os terrenos denunciados: é apenas o que consta da planta, ouviu?...»
Um commentário detido e minucioso desta torpeza era de atacar na lama até ás orelhas quem a praticou... Mas eu não quero exceder o limite que me tracei e impuz na epigraphie d'estes artigos. Para o que basta apenas reparar no seguinte:
Sua Majestade El-Rei, reconhecendo, em presença do relatório do proprio governador interino, que ha uns denunciantes interessados na questão de dominio e posse dos terrenos da Ribeira Peixe, sobre allegação de pertencerem ao Estado; e informado, ainda que péssima e falsamente, pelo mesmo relatório, de que uma porção desse terreno está encravado em propriedades de particulares, os quaes, em troca desse enclave, offerecem o dobro em superficie;—manda demarcar e confrontar o dito terreno do Estado; isto é: verificar tudo, afim de «apreciar o valor da troca proposta e tomar a rezolução, em harmonia com os interesses da Fazenda Pública», nos termos prescriptos pelas leis e regulamentos do processo para semelhantes denúncias.
O governo não devolve o processo: guarda-o para sua ulterior resolução. Não falla em planta nenhuma; nem dá ao seu delegado outras instruções, além das que põe p, a, pa, Santa Justa na portaria, com a espessa clausula da salvaguarda dos interesses da Fazenda Pública.—E esse seu delegado interino tira dahi a consequência de que o terreno a demarcar e confrontar não é precisamente aquêlle cujo dominio e posse sam contestados sobre allegação de pertencerem ao Estado; e manda demarcar e confrontar o que os usurpadores denunciados lhe apontam e de que apresentam uma planta, sua delles, apocrypha, inepta e sem authenticidade alguma?!
E faz-se isto de graça? Não, nunca!...

Tira dahi e põe aqui: aqui vale dez...
E ainda mais valeu o resultado desse serviço, como se vê da seguinte memória explicativa do vogal técnico da commissão que procedeu a elle:
...Por officio da secretaria geral, n.º 286 de 31 de março de 1895, foi-me ordenado que seguisse com destino ao sul da ilha a fim de proceder á demarcação do terreno que a firma Valle Flôr & C.ª confessa pertencer ao Estado e está encravado nas terras denominadas—Ribeira Peixe.
«Em que condições foi executada esta ordem do governo da Província, mostra o o processo lavrado pela commissão nomeada para esse fim e que já foi entregue na Secretaria Geral.
Restam apenas os trabalhos de gabinete correspondentes, os quaes se reduzem ao desenho junto que representa o levantamento do polygono que representa a área do terreno em questão, que em face do desenho junto reduz-se a representar por S a área pedida—6059,13 m. q...»
Glória, meu Deus! que ao menos a este pyrotéchnico fugiu-lhe a boca para a verdade... Naquêlle seu estylo comichoso, declara este official (A terra lhe seja leve... sem o contrapêso da burrice!) que: o terreno que a firma Valle Flôr & C.ª, depois de denunciada como usurpadora delle, confessa pertencer ao Estado, está encravado, não em propriedades della, mas nas terras denominadas «Ribeira Peixe» e sam exactamente estas as denunciadas como usurpadas ao Estado pela preclara firma e cujo dominio e posse os usurpadores tiveram de largar de mão por virtude duma sentença judicial, passada em julgado, datada de 28 de julho de 1899, que está transcripta no Universal n.º 1286 de 19 de junho de 1896; da certidão authenticica que tenho em meu poder e está também documentado o primitivo requerimento da denuncia.
Documenta mais o mesmo requerimento, que é a base inicial do processo relatado pelo governador interino, a certidão da conservatória da descripção predial e inscripção do dominio em favor da firma Valle Flôr & C.ª de todas as propriedades que a dita firma possui na freguesia de Santa Cruz dos Angolares, da qual consta que o prédio descripto sob o n.º 185, o primeiro e o mais antigo—Terras denominadas «Angra de S. João e João grande»—registado em 18 de outubro de 1869, confronta dum lado com Terras denominadas «Ribeira-Peixe», pertencentes ao Estado.
E documenta, ainda mais, outra certidão em como, com esse nome e essas confrontações, não existe na conservatória, nem em parte al-

dades, os cavallos, os valôres, que fazes tu de tudo isso?
—Vendê-los.
—Não é uma solução.
—Com o preço que me dêrem, e com os capitães que possuo já, arranjaréi rendimentos que me permititiam viver aqui na opulência, e fazer um pouco de bem.
Ahi está o futuro que preparas; tu, a brilhante Magdalena d'Antraigues!
—Não pronuncies esse nome. E' maldito! exclamou Magdalena. Quem o tinha, não existe. Ah! se podesses lêr no meu coração, se podesses ver como me pesa esse passado a que procuras prender-me, comprehenderias...
—Comprehendia! Comprehendia! Não entendo nada. O que comprehendo é que vais dar uma cabeçada de que te arrependers até ao fim dos teus dias. E's nova, bella, rica; basta só apresentares-te em Paris para vêr cair a teus pés os homens mais brilhantes, e escolher um para amante...
—Silêncio! disse Magdalena, cedendo a um movimento de cólera. Já te disse que não quero voltar a Paris, e não voltarei. Perdes o tempo.
—Está bem! Calo-me, disse a tia Têlémaque com doçura. Mas ao menos, diz-me o que se passou e como podêste...
Parou, fixou os olhares curiosos nos olhos de Magdalena, e continuou de repente:

guma, registo ou consto de propriedade pertencente á firma Valle Flôr & C.ª
Mas tudo isso era gratuito, gracioso... de graça. Sério e a valer-lhe é o que o governador interino informou ao ministro, e este acreditou: que tinha sido officialmente reconhecido um enclave de terreno do Estado em propriedades da firma valente, medindo 6059,13 m. q.!
Dahi a tal rezolução da Port. reg. n.º 119 de 20 de setembro de 1895, que o Universal suppôz ser a contento do sr. Emygdio Navarro... e cuja transcripção e analyse fica para outro artigo; que este já vai muito comprido e eu não quero conclui-lo sem frizar a epigraphie.
Nos respectivos talões da contribuição de registo, nos livros dos tabellhões e da conservatória da comarca, vê, quem quizer, que, em tantos de tal, esse governador interino vendeu a alguem, por quarenta contos de réis, uma bahia bem abrigada (Angra toldo) que pertencia á firma Valle Flôr & C.ª e hoje está hypothecada ao seu unico representante, o conde- duque de semelhante titulo, além de mais, por esse bonito dinheiro que o comprador deu ao vendedor.
Elle é tam lindo o ladrão!...
Ahi tême os práticos mais esses quarenta contos de réis a lançar a débito de Valle Flôr & C.ª na sua conta corrente com as terras denominadas «Ribeira-Peixe»... fóra os cobres para a celeste.
(A crédito não ha por ora nada a lançar).
Ahi tême os incrédulos como, não só os emi-dios, mas também os go-dios comem os figos...
Ahi tême finalmente os crédulos, que não é preciso ir a Coimbra, Porto ou Lisboa, formar-se, ou cursar quaesquer lérias, para uma pessoa ser commendador, conselheiro, governador, honrado, honesto...
Tambem se faz disso, cá por Africa.
S. Thomé, 4 de setembro de 1899.
LIGÓRIO NICOLAU CABRAL.
LECCIONAÇÃO
MATHEMATICA E INTRODUÇÃO
Cassiano Neves, bacharel em Philosophia e estudante de Medicina, lecciona aquellas disciplinas.
Para tratar: Couraça de Lisboa, n.º 59.
CAIXEIRO
Precisa-se na rua da Sophia, n.º 73, com prática de mercearia.
—Agóra! A visita tam grande que te fez hontem Pierre... Apos-to que te subiu á cabeça e que o amas...
—Porque não? perguntou Magdalena com altivês.
—Não valia a pena teres passado cinco annos longe delle. Porque te não casás-te então?
—Nunca é tarde para andar bem!
—Ah! E foi elle que te mettiu na cabeça essas bellas resoluções! E' astucioso e atrevido o lindo professor! Disse consigo: é rica...
—Nem mais uma palavra! murmurou Magdalena com uma voz que a cólera fazia tremir; nem mais uma palavra, ou ponho-te na rua!...
—Adeus! Perdeu o governo! suspirou a tia Têlémaque; não ha remédio a dar-lhe. Tenho entendido, continuou em voz alta; amá-lo, casas com elle, hão de ter muitos filhos e serem muito felizes. Mas o que fazes tu de mim em tudo isto?
—Voltarás para Paris.
—Para viver do ar e do tempo sem duvida?
—Não! Duma renda de seis mil francos que estou resolvida a dar te.
—Assim me pôes fóra! disse a tia Têlémaque escondendo a satisfação sob uma ternura fingida, e tentando fazer saltar dos olhos duas lágrimas que não saíram.
(Continúa).

RESISTENCIA

Redacção e administração, Arco d'Almedina, 6

Editor, José Pereira da Motta

Officina typographica, Arco d'Almedina, 6

N.º 487

COIMBRA — Domingo, 22 de outubro de 1899

5.º ANNO

O TRANSWAAL

VI

Desenham-se já nos horisontes da politica europeia os primeiros symptoms d'intervenção.

Dalguma coisa ha de servir a diplomacia franceza, esta prestigiosa democracia que tem a tirar a desforra de Fashoda e assegurar a sua antiga influencia no Egypto, dominando, conjunctamente as demais potências o ponto neutro constituído pelo canal de Sués, e que — separando geographicamente os dois grandes continentes — os reúne pelos interesses commerciaes e políticos e rapidês das communicações.

A França, pelo seu rápido desenvolvimento colonial, pelas suas excepcionaes condições de riqueza, e, sobretudo pelas suas maravilhosas faculdades de innovadora prodigiosa — que tanta influencia exerce em todo o mundo culto — é a guarda avançada do poderio e da força no concerto das potências europeas, e por isso, a poderosa e sympathica República compete preparar o terreno e provar a face do Progresso e da Civilização, no angustioso momento em que expira o século XIX, sinistramente afogado numa densa neblina de sangue nos sombrios horisontes da Africa Austral — que ella é ainda a grandiosa e sublime nacionalidade de 1789, a potência invencível da Liberdade, o fóco inapagável dos sagrados direitos dos Povos.

E depois é preciso salvar o futuro: a sua mais importante possessão no Oceano Indico — Madagascar — carece de ser assegurada, e esta preciosa garantia só a póde solidificar o declinar do poderio britânico na Africa — iniciado pela victória definitiva do Transwaal e do Estado Livre d'Orange e manutenção do dominio portuguez em Lourenço Marques; cuja critica situação talvez não tenha sido estranha ás subtis combinações diplomáticas entre os reposteiros das chancellarias.

O centro de todo este movimento, onde a ambição das grandes potências se revêlã numa febril aspiração de assombrosas conquistas, concorrendo muito poderosamente para a impenetravel reserva que já se observa em Londres, é a Allemanha, ardidamente encoberta por detraz da França e da Rússia, suas potentes collaboradoras na colossal tarefa que o governo de Berlin pretende encetar no sul da Africa, onde — com uma admiravel presciência — vê o ponto de partida da ruina do Império Britânico, e adivinha o seu prodigioso futuro de grande potência colonial

e guerreira, cujas óvantes bandeiras, scintillantemente desfraldadas ao sol africano, pódem um dia escalar o Egypto, subverter a Arábia e d'atê por um audacioso golpe de mão senhoriar o immenso e fértil território do Indostão, que partilhará com as suas duas alliadas.

A deploravel cegueira dum ministro desvaído por uma desmarcada ambição, dum doentio chefe dum miseravel bando de sinistros especuladores, em todo o decurso do conflicto anglo-transwaaliano nem uma só vez presentiu o perigo na equivoça attitudo da Allemanha — ánciosa de vingar os seus desaires diplomáticos no Extremo-Oriente, nem pelo menos adivinhou a hostilidade declarada, discretamente encoberta sob a máscara da diplomacia, da Rússia — anhelante de conquistas na Ásia central e da França impaciente de tirar desforra de Fashoda.

Parece incrível, é verdadeiramente espantoso como um país tam habilmente prático se arrisque assim sériamente a vêr renovado o systema de neutralidade armada de Catharina II, que num certo e dado momento as mal reprimidas ambições pódem converter num outro mais efficacizmente temível e profundamente fatal para a supremacia commercial e naval da Inglaterra, actualmente mais facilmente ampliada e melhor garantido — o do bloqueio continental de Napoleão, aperfeiçoado pela constituição dum colossal Zollverein aduaneiro entre todas as potências continentaes, e do qual Portugal póde ser forçado a fazer parte pelos mesmos meios que se empregaram em 1807 por occasião da invasão de Junot.

O Foreign-Office, porém, presente admiravelmente o perigo e para o prevenir — já que lhe é manifestamente impossivel attenuá-lo com a habitual astúcia, que já não possui o mérito d'enganar ninguem — começou de ha muito a sua inquietante aproximação com os Estados-Unidos, cujo tratado de alliança offensiva e defensiva parece ter ficado assignado, ou pelo menos assente por occasião da visita de Chamberlain a New-York, onde teve uma importante entrevista com Sherman, ao tempo sub-secretário d'estado dos negócios estrangeiros, que foi mais tarde ratificada em Washington nas célebres conferencias entre o ministro — fiel representante do jingoismo britânico — e o presidente Mac-Kinley.

A parcial attitudo da Inglaterra por occasião da guerra hispano-americana, agora prodigamente retribuida pelos Estados-Unidos na actual guerra anglo-orangista-transwaaliana, vale pela melhor affirmativa ácerca da existência da alliança

offensiva e defensiva entre as duas poderosas potências.

O Japão, affrontado por diversas vezes pelas potências continentaes europeias na questão da China, póde adherir dum para o outro momento a alliança anglo-americana, convertendo-a numa formidavel liga naval, que lhe assegura o dominio dos mares.

E', certamente, confiada nas forças disponiveis desta alliança — cuja existência não póde ser posta em dúvida — que a Inglaterra não hesitou ante o perigoso expediente de pôr em cheque a Europa continental.

O que fará a França?! . . .

FAZENDA JUNIOR.

A dignidade dos progressistas

Segundo afirma um jornal de Lisboa, o governo empregou esforços junto do sr. Burnay para este desistir das suas querellas contra o sr. Alpoim.

E' increditavel a falta de brio do governo.

Em principio, não se compreende que um ministro desça a pedir, directa ou indirectamente, que o não chamem a responder perante a justiça por ter sido pasquinheiro.

Mas, nas circumstâncias em que o facto se dá, este torna-se duplamente revoltante.

O sr. Alpoim anda desde muito annos a insultar duramente o sr. Burnay — não diremos que sem justiça ás vezes, mas affirmamos que sem auctoridade sempre.

Além disso, todo o governo se collocou em guerra aberta com aquelle banqueiro, que a sua maior insultou soésmente em S. Bento.

Porém depois disto sam elles ainda que vam pedir caridade ao sr. Burnay!

Portugal e a Inglaterra

Do Temps:

«Sabe-se que, de diversas partes, tem sido annunciado que o famoso tratado anglo-alemão relativo a Delagoa-bay não poderia ter effeito durante a guerra do Transwaal. Prevê, com effeito, a partilha da costa sul-oriental da Africa entre a Allemanha e a Inglaterra, mas unicamente em circumstâncias que se não produziram ainda.

«Segundo informações de boa fonte, o governo inglês tentou assegurar-se, por negociações directas e isoladas com Portugal, das vantagens que durante a guerra não poderia esperar doutro lado. No dia 30 de setembro último, foi tratado oralmente um projecto de convénio entre lord Salisbury e o ministro de Portugal em Londres. Esse convénio assegurava á Inglaterra o contróle exclusivo do porto de Lourenço Marques e do caminho de ferro durante o periodo das hostilidades, e assegurava a Portugal a protecção efficaz da Inglaterra contra qualquer ataque do Transwaal. Esse projecto fraccassou em virtude d'uma opposição europeia. O accordo não se concluiu.»

Do mesmo jornal:

«A Gazeta de Francfort recebeu communicacão de uma carta do coronel Schiel que commanda o corpo de voluntarios allemães que se formou para combater os ingleses ao lado dos boers. Eis a parte mais interessante dessa carta, a que

tracta principalmente da situação da Allemanha e de Portugal em Africa:

«Os allemães, e os boers egualmente, estão espantadissimos com a attitudo da Allemanha na crise do Transwaal. Uns e outros têm sempre presente no espirito o telegramma de felicitações enviado pelo imperador allemão ao presidente Kruger, quando o ataque de Jameson foi repellido.

«Sabemos que ainda agora as sympathias do imperador e do seu povo estão sempre do lado dos boers seus parentes de raça: a posição que tem o governo allemão (segundo as declarações officiosas) não deixa de ser surprehendente. Comprehendemos bem que a alta politica prohiba o imperador da Allemanha de tomar o Transwaal sob a sua protecção e lhe prescreva uma stricta neutralidade. Mas esta stricta neutralidade teria mau ar se o governo allemão — como o fazem entender os ingleses — não vizasse senão uma politica de compensação.

«Qualquer que seja o êxito da guerra, já agora certa, entre o Transwaal e a Inglaterra, será Portugal que pagará quasi todas as custas, em todos os casos. Se conseguirmos repellar os ingleses, estes, em vista de eventualidades futuras, tomarám o país em Moçambique, a fim de cortar ao Transwaal a única saída que não é inglesa. Se fórmos vencidos, a Inglaterra não deixará de se instalar na colónia portugueza para melhor dominar o Transwaal. Numa ou noutra alternativa a vantagem da Allemanha será bem pequena e incerta. Se a Inglaterra fôr vencida, nada terá que ceder á Allemanha; se vencer, a Allemanha terá, pelo menos, de dar a Portugal uma indemnização análoga á das Carolinas para receber um bocado de Moçambique.

«Quanto aos boers, neste último caso apenas lhes restaria emigrarem em massa e abrir caminho para os territorios do sudoeste africano pertencentes a Allemanha.»

Junte-se a isto o que anteriormente tem apparecido nos jornaes estrangeiros e digam-nos se não ha fortes motivos para receios.

NO PREGO

Segundo os jornaes de Lisboa, voltaram para o prego as pobres das 72000 obrigações da companhia real.

E para isto gastaram os jornaes do governo tanta prosa pyrotécnica quando foi do desempenho — tantos elogios ás virtudes e mais partes do governo!

Mas não ha motivo para surpresas.

De ha muito estava annunciado este novo empenho.

Resta, porém, saber em que condições elle foi feito.

E' capaz de ser peor contracto que o primeiro, que já parecia péssimo.

Peste bubonica no Brasil

O governo dos Estados-unidos do Brasil, acaba de confirmar, officialmente, a invasão da peste levantina na cidade de Santos.

Refere a Gaceta, folha madriena, que o governo espanhol reputa infectadas todas a proveniências dos portos do Brasil,

Carta de Lisboa

20 de outubro, 99.

Tem-se discutido muito durante a semana as últimas violências do governo. Bem o merecem ellas! Essas violências caracterizam em verdade o governo e os governados. Mostram bem o cynismo daquelle e a sem vergonha d'este.

E' escusado recordar-lhes que, quando os regeneradores commettiam qualquer acto de vingança politica — a transferencia ou outro castigo dum empregado, por motivos extranhos ao serviço — os progressistas gritavam bravamente, como damnados. E o actual ministro da justiça, do alto do *Correio* ou do *Janeiro*, era o primeiro a fazer exclamações rubras, phrases incandescentes.

Déspotas, vingativos, tyrannos! bramava elle, ardendo em amor pela legalidade e pela moralidade, zeloso fiscal dos tradicionaes principios dos Passos.

Pois agora esses mesmos progressistas arriscam-se a violências que os regeneradores nunca commetteram. E leva a palma a todos, mais impúdico que nenhum, o mesmíssimo sr. Alpoim.

Por muito que isto se constate, nunca é demais.

Por muitas provas que appareçam, a nossa razão não pode deixar de comprehendêr-se.

Mas accresce que as provas sam novas.

A impudência augmenta.

Deslavaram-se de todo e é vê-los! Quanto agóra se fez e se annunciou denota esse enorme *crescendo* de desafôro.

Foi primeiro a transferencia, feita em termos illegaes, do juiz do 1.º districto criminal do Porto, sr. dr. Martins da Costa.

Transferido porque?

Até agora os jornaes governamentaes ainda não o disseram.

Têm no achinchalado, offendiendo, insultado, mas o que ainda não fizeram foi determinar accusações.

Em resumo, apura-se que foi castigado porque teve a independencia precisa para declarar insubsistentes as injustificadas apprehensões feitas pela policia do Porto à *Voz Pública* e ao *Jornal de Noticias*.

Eis tudo, por enquanto.

Donde se conclue que esse juiz foi castigado por isto e só por isto: por ser independente, por ter consciência, por respeitar a lei.

Vieram então os progressistas, pela aleijada figura do sr. Alpoim, estabelecer esta doutrina: a magistratura tem obrigação restricta de sancionar o que fazem os agentes de confiança do governo.

Lei, consciência, independência — tudo isso caducou.

O que ha só a attender é o interesse politico do governo.

Querem-nos mais liberaes?

Depois deste, temos o caso Paçõ Vieira.

O conde dêsse titulo, juiz das execuções fiscaes no Porto, está ameaçado de responder perante o conselho disciplinar, porque em uma carta publicada no *Jornal de Noticias*, censurou a transferencia do sr. dr. Martins da Costa.

Mas ha ainda as circumstâncias em que a carta foi publicada.

O *Jornal de Noticias* publicou uma série de artigos sobre a transferencia. O *Correio da Noite*, em termos sem dúvida deprimentes para o sr. Paçõ, attribuiu a este a paternidade dos artigos. O sr. Paçõ negou-a então e, apreciando o facto, censurou-o.

RESISTENCIA

Redacção e administração, Arco d'Almedina, 6

Editor, José Pereira da Motta

Officina typographica, Arco d'Almedina, 6

N.º 488

COIMBRA — Quinta feira, 26 de outubro de 1899

5.º ANNO

O desrespeito pelas leis

As congregações religiosas em Portugal

Como o órgão de jesuitismo em Lisboa publicasse repetidos artigos contra a forma porque se desprezam as disposições de lei relativas ao jogo d'azar, o *Correio da Noite* publicou um artigo que terminava assim:

«O *Correio Nacional*, em nome do respeito à lei, pôde pedir a repressão do jogo, sem pedir ao mesmo tempo que a lei se execute igualmente contra o estabelecimento das congregações religiosas entre nós, ou a transplantação para Portugal das congregações religiosas extranjeiras? Cumpra-se a lei, mas cumpra-se em todas suas disposições, de modo que ella seja respeitada por todos os que, de qualquer modo, a pretendam infringir. Se o *Correio Nacional* pugnar por estas doutrinas, ter-nos-ha dedicadamente ao seu lado. Peça ao governo, exija d'elle que castigue severamente os que se agrupam em torno duma mesa de jogo, para arriscar, ao acaso do movimento duma pequena esphera de madeira, os recursos indispensaveis à sustentação dos seus. Mas exija-lhe, ao mesmo tempo, que faça também entrar na ordem os que por meio de profissões religiosas mais ou menos claras e pela organização de congregações religiosas, apresentadas sem o mínimo reboço, infringemousadamente disposições legais, que muitas luctas e sacrificios custáram para se implantar.»

Como se vê, o *Correio*, órgão dos filhos dos Passos, confessou que os referidos filhos consentem que as congregações religiosas affrontem descaradamente as leis vigentes. E, como o *Correio* doutros tempos, até chegou a pedir que se cumpra a lei—e em todas as disposições.

O órgão jesuítico respondeu com ares de desprezo, chamando os artigos uma ameaça inepta. Ao mesmo tempo, porém, o *Correio* arrependia-se. Dizia elle, dando o dito por não dito:

«Tomou-se o nosso artigo como um protesto contra a tolerância que se dá actualmente, como se tem dado em todos os tempos, na execução dalgumas disposições legais e, de degrau em degrau, de sophisma em sophisma, as nossas despretençiosas considerações foram interpretadas como uma accusação directa ao governo.

Semelhante deducção é apenas um artificio de habilidade jornalística. O que dissémos foi que o regimen actual é de tolerância.»

E segue justificando a tolerância, elle que no artigo do número anterior dizia com firmeza:—«Cumpra-se a lei, mas cumpra-se em todas as suas disposições.»

Tudo isto é bem revelador da ineptia ministerial.

Um dia, o órgão do governo confessa que este procede mal, permitindo que se desacatem as leis.

«Aquelles que se desacatem consideram a confissão uma ameaça, declaram-na como tal inepta e riem-se della.

Simultaneamente apparece o órgão do governo a desculpar-se, a dizer que está muito bem o regimen que chama de tolerância.

Accrescente-se que, quando opposição, os progressistas annunciaram que, quando chegassem ao poder, restabeleceriam o império da legalidade. E o sr. José Luciano raro fala que não diga: «... o meu amor pela legalidade...»

Então onde está a legalidade restabelecida? Onde está o amor por ella?

Como no tempo do sr. D. Miguel

Um jornal monarchico extranha que o governador geral de Moçambique participasse directamente ao sr. D. Carlos um feito da expedição do Nyassa e que o sr. D. Carlos, em telegramma para o mesmo governador, mandasse louvar o commandante, officiaes e praças da expedição.

Não ha que estranhar. Em puro regimen constitucional, o governador geral não se dirigiria ao rei nem este ao governador geral.

Mas o tempo do regimen constitucional passou.

Voltámos ás eras do sr. D. Miguel.

Lá o disse um dia no parlamento o sr. Hintze:—El-Rei manda.

E lá o tem dito o sr. José Luciano quando lhe fállam da conservação do Veiga na policia e na nomeação do Soveral para Londres:—Foram determinações d'El-Rei.

Restabeleceu-se o poder pessoal, resuscitou o despotismo.

Andamos para traz, em vez de seguir para a frente.

As dissidências progressistas

De Braga telegrapham ao *Diário de Noticias*:

Braga, 23.—Continúa a des-harmonia entre os principaes influentes do partido progressista, accentuando-se cada vez mais o desgosto que os domina por não serem attendidos em algumas pretensões que tinham dependentes do governo.

Como em toda a parte, as dissidências progressistas têm por causa o facto de os dissidentes não verem attendidas as suas pretensões.

Não ha exemplo de se dizer que taes ou taes correligionários do sr. José Luciano se descontentaram por verem que elle rasgou o seu programma politico e faltou aos compromissos que assumiu ante o pais.

Nada d'isso! Zangam-se porque não lhe satisfizeram as pretensões. E só por esse motivo.

O que prova que no progressismo não ha convicções nem consciências.

Ha barricadas.

A venda de Lourenço Marques

O *Heraldo de Madrid* publicou o seguinte telegramma:

Londres, 21.—O sr. Balfour declarou hontem no Parlamento que o governo não effectuou nenhum convenio sobre a compra de Lourenço Marques.

«Os dois governos, inglês e português, estão estudando o assumpto.

«Noticias particulares dizem que a venda é coisa já assente, mediante o pagamento de 200 milhões de fiancos que a Inglaterra entregará a Portugal.

Por seu lado, o *Temps*, na sua secção *A guerra do Transvaal*, diz:

«O sr. Balfour declarou hontem que não estava concluido nenhum accôrdo com Portugal para a compra de Lourenço Marques.»

Estas duas noticias differem absolutamente dum despacho da Havas, ha dias publicado nos jornaes de Lisboa e evidentemente truncado por ordem do governo.

Segundo o *Heraldo*, os governos inglês e português estão tratando dum convenio sobre a venda de Lourenço Marques.

Conforme o *Temps*, não se concluiu ainda nenhum accôrdo—o que quer implicitamente dizer que se ha de concluir ou está negociando.

Quaesquer das noticias confirma, pois, duma maneira muito grave, que estamos em risco de perder Lourenço Marques.

E de perder, por esta fórmula ignobil—vendendo.

Quem os viu e quem os vê !...

Quando foi das ultimas eleições, o sr. José Luciano oppôz-se tenazmente a que o sr. Navarro tivesse logar na cámara. E o sr. Navarro, assim escorraçado, a bespinhou-se, desandando em feroz opposição ao governo. No dia seguinte ao das eleições, chamava elle á camera baixa solar dos merdelins, justificando o titulo por ser o sr. José Luciano o merdelim-mór.

Agora, porém, apparece esta noticia numa folha officiosa:

«O sr. conselheiro Emygdio Navarro apresenta-se, crêmos que pelo ultramar, sem opposição do governo.»

Como os tempos mudaram! Mas não mudaram os homens. Que afinal os srs. José Luciano e Emygdio Navarro são o mesmo que já eram.

44.508 contos

E' esta a linda importância em que ficou a divida fluctuante em 30 de junho, tendo subido algumas centenas de contos durante a gerência finda nesse dia.

44.508 contos!
Aonde ha de ir parar um pais, como o nosso, com tal divida?
Aonde?!

Pagode eleitoral

Vai realisar-se em Condeixa a eleição para a nova cámara municipal em substituição da que foi dissolvida pelo governo.

Preparam os gloriozinhos filhos dos Passos todas as prepotências para a victoria.

Ora, filhos dos Passos ou de Fontes não serão todos os mesmos?

O que uns fazem hoje, farão os outros amanhã, desde que sejam governo, e d'ahi a indiferença do povo para com todas estas pandegas eleitoraes.

Nós por cá também vamos ter lucta accessa entre os dois grupos politicos da votação monarchica.

Para a próxima eleição de deputados já os nossos politicos se degladiam tenazmente para o apanho dos votos, e as promessas a uns e ameaças a outros estão sendo póstas em evidência.

Tudo isto mostra cada vez mais a degradação moral para onde vamos caminhando dia a dia!..

A PERSEGUIÇÃO Á IMPRENSA

Em Lisboa foram agora querellados os jornaes *O Popular*, por um artigo epigraphado. *O pennacho immaculado* e *A Patria* por um artigo que tinha a epigrapha *O poder judicial*.

Como se vê não pára a querrelomania.

O sr. Alpoim—Alpodim lhe chamam agora, talvez por elle parecer um *puding* espapaçado—continua a provar que é o homem que tanto berrou a favor da liberdade de imprensa.

Eleições

Foi decidida na noite passada, segunda nos consta, a apresentação, do sr. dr. Luis Pereira da Costa como candidato regenerador pelo circulo de Coimbra nas próximas eleições de deputados. Parece que o sr. dr. Luis Pereira, depois de ter resistido durante muito tempo á apresentação do seu nome, se viu obrigado a ceder perante a resolução do seu partido de não ir á urna.

O candidato governamental será o indicado sr. Alberto Monteiro, mas, ao que corre, tem mal parado a sua candidatura.

Pelo menos os regeneradores estão convencidos de que a eleição do seu candidato está certa, e para este modo de ver se inclinam os que pretendem conhecer o terreno da lucta.

Lucta titânica que ella vai ser! A quanto subirá o preço dos votos?...

Expedição ao Nyassa

Foi addiada a saída da expedição militar aos territórios da Companhia do Nyassa, que devia partir a bordo dum vapor inglés.

A expedição só poderá partir de Lisboa em 28 ou 30 do corrente.

Em campo

Já regressou de Lisboa o sr. governador civil, que allí foi por questões e difficuldades eleitoraes.

Parece que com o regresso de s. ex.^a se restabeleceu a paz entre os principes christãos.

Esperemos.

O quinto centenário do nascimento de Guttenberg

Em Mogúncia, aonde nasceu João Guttenberg, vai celebrar-se no dia 24 de junho do próximo anno o quinto centenário do nascimento do immortalinventor da Imprensa, com uma exposição internacional de typographia que comprehenderá três secções—uma histórica, outra typographica e outra de material de impressão. Esta commemoração é protegida pelo grão-duque de Hesse.

A viagem do conde de Mourawieff a Paris

Abrimos hoje um parenthesis na série d'artigos que nos propuzemos publicar acerca da questão do Transvaal e consequente conflicto com a Inglaterra, para nos occuparmos doutro assumpto não menos importante da politica internacional.

Após a conferência da Haya, as próprias potências que nella chegaram a um completo accôrdo sobre arbitragem e desarmamento internacional, reconheceram desde logo que esses humanitários esforços não passariam jámais duma sympathica utopia, que em nada poderia influir nos ambiciosos e assombrosos projectos das chancellarias europeias.

O primeiro pais que se converteu da inanidade de semelhantes esforços foi a Inglaterra—a nação essencialmente pratica, profundamente sensata, apesar de tudo e cuja reconhecida astúcia tem por mais duma vez pôsto em cheque a diplomacia das orgulhosas e poderosas potências continentaes, de que constitue um frisante e convincente exemplo os incidentes da questão da China.

Foi o resolutivo procedimento da Inglaterra que despertou do seu humanitário sonho o bondoso Nicolau II, e o seu despertar não fica de certo no habitual platonismo da politica russa, desde os tempos de Alexandre II constantemente seguida pelo gabinete de Saint-Petersburgo, e a prova de que uma profundissima modificação na politica externa do Império Moscowita se operou, consiste na viagem do conde de Mourawieff a Paris, onde a facilidade das relações—legalizadas pelo tratado de 30 d'agosto de 1891—faculta á França a verdadeira senda da sua politica internacional no sentido dum commettimento commum.

Da entrevista do chanceller russo com mr. Delcassé, ministro dos negócios externos da Republica, resultou a entrada da espanha na formidável liga continental, poucos dias depois ratificada solemnemente na célebre entrevista de San Sebastin.

Já no outomno de 1891 se tentou a primeira aproximação entre todas as potências continentaes, vindo à mesma localidade espanhola o próprio grão-duce Waldimiro, tio do fallecido imperador Alexandre III, encarregado duma missão secreta, que se suppôs ser a adhesão do pais vizinho à alliança franco-russa; mas as circunstancias da politica internacional nesse anno eram muito diferentes das d'agora e a necessidade duma entente entre todas as potências continentaes não se impunha como hoje.

Ao tempo a triplice-alliança ainda existia como uma fatal necessidade defensiva por parte do gabinete de Berlin e nem a Alemanha, nem a França e a Rússia se podiam entender entre si porque ainda os Estados-Unidos não alimentavam velleidades de grande potencia colonial, nem o perigo inglés tinha tomado as proporções e o caracter alarmante, que actualmente está tomando, sob a ardente e ambiciosa aspiração do jin-goista Chamberlain.

No decurso de oito annos, porém, as coisas mudaram radicalmente!... Ao lógico e inevitavel trajecto percorrido nos infinitos espaços da politica europeia pela alliança franco-russa, seguiu-se a vizieta de Nicolau II a Paris em outubro de 1896; a solemne ratificação

do tractado de 1891; a revelação official do pacto *factis paderere* (plano de campanha offensiva e defensiva entre os dois países) e tudo o mais que ainda se conserva immerso na densa neblina do mystério e que foi cuidadosamente combinado na memoravel entrevista de Peterhof, em 24 d'agosto de 1897 entre Hanotaux e o conde de Moura-wieff por occasião da viagem do saudoso presidente Felix Faure a Saint-Petersburgo, onde sob o delicado pretexto da retribuição duma visita official, se elaboraram planos duma importância incontável e de profundas e incalculáveis conseqüências futuras e mesmo immediatas, pois que — a partir d'esse momento — a triplice-alliança cessava d'existir e uma previdente aproximação da Alemanha com a França e a Rússia principiava a esboçar-se primeiro timidamente... mais tarde resolutamente quando os Estados-Unidos despojando a Espanha do seu vasto império colonial na America e na Oceania, entravam triumphantes no concerto das grandes potências colonias e navaes, plenamente confirmada com uma possível alliança defensiva e offensiva com a Inglaterra.

Eis satisfatoriamente explicado o motivo porque a acção diplomática da Rússia não pôde, nem mesmo deve ficar mallograda, pois que esse platonismo seria certamente fatal para os mais caros interesses da Europa continental que de ha muito fez dos mercados africanos e americanos uma grande necessidade de vida e um systema de productiva collocação para os productos fabris e agricolas.

A oportuna visita da esquadra franceza do Mediterraneo aos portos do Oriente, ameaçando resurgir a questão do Egypto em manifesto detrimento da Inglaterra no momento mais agudo e dolorosamente crítico que o império britânico atravessa, outra coisa não quer significar mais do que um plano maravilhosamente combinado para vingar o desaire de Fashoda, desta vez com o poderoso concurso da Rússia.

E' esta a suprema aspiração da França, e tam enérgico procedimento por parte da poderosa e sympathica Republica vem muito a propósito facilitar a intervenção da Allemanha na guerra anglo-transvaaliana, pugnando assim o governo de Guilherme II pela independência das duas heroicas Republicas sul-africanas.

FAZENDA JUNIOR.

Deve achar-se impresso em breve o livro do sr. cônego Prudencio Garcia sobre a arte e os artistas em Coimbra. Este livro, que é esperado com bem fundado interesse por todos os que amam a história d'arte, vem acompanhado de vários fac-similes d'assignaturas d'artistas portuguezes, ou estrangeiros que trabalharam em Portugal.

A demora no apparecimento do livro tantas vezes annuciado tem sido devida à descoberta de documentos novos que foi necessário intercalar no texto primitivo.

Annuncia-se para o dia 1 de novembro uma tourada na praça da Figueira da Foz cujo producto revertirá em favor do cofre da Sociedade philantrópico-académica.

Foram depositadas no Museu de antiguidades do Instituto algumas esculturas em madeira e amostras de tecidos, de épocas diversas, existentes na Universidade.

O nosso presado collega portuense — *A Voz Pública* — encetou hontem a publicação do romance — *Miserias do Porto*, original do sr. Jayme E. de Faria.

Tem hoje logar a reabertura das aulas da Eschola industrial — Brotero.

Sanidade pública

Ha em Coimbra duas máchinas de desinfectação, que sam boas, mas adquiridas uma pela câmara municipal e outra pela Santa Casa da Misericórdia. Era urgente a vinda para esta cidade duma estufa de desinfectação, tantas vezes e ha tanto tempo reclamada, e esta que, em virtude das circumstâncias de occasião foi ha pouco novamente reclamada. E veio, mas as pessoas competentes, que mais se interessavam na sua aquisição, ficaram desapontadas. A estufa é um maximbombo que pesa 2:500 kilog., imprópria para uma terra accidentada como esta e que, sobretudo, não pode preencher o fim a que é destinada por insufficiente.

Reclamava-se uma estufa de pressão, porque ha micróbios que resistem á temperatura desenvolvida por estufa de simples vapor circulante, que é de 100°, como a que a governo nos mandou. De sorte que não pode haver confiança nas desinfectões feitas por esta estufa em muitos casos.

Conveniente, pois, será que a auctoridade respectiva reclame a troca do maximbombo que para ahi veio por uma estufa que mereça confiança.

E de desejar é que isto se obtenha o mais depressa possível, para não ficarmos eternamente sujeito á pouca sorte que acompanha esta terra, ao menos neste assumpto.

A variola continúa lavrando pela cidade muito mais do que seria razoavel, attendendo se aos meios que existem para combater doenças desta natureza.

Acreditamos que os clinicos assistentes dos casos que tem havido não terão deixado de os participar á auctoridade administrativa para que esta tome as providências de desinfectação que sam indispensaveis.

Mas a verdade é que novos casos se vam succedendo, e não sam já poucos os obitos por variola ha dois ou três meses para cá.

E aqui está, por exemplo, um caso que reclama estufa de desinfectação para as roupas dos variolosos, e para que não serve, a que agora veio, por falta de poder esterilizador.

De estufa de pressão é que se precisa...

Contaram-nos que ahi para a Arregaça, numa casa mesquinha, tem desaparecido successivamente uma familia inteira victimada pela tuberculose. A casa está fechada de ha pouco, pela saída do último tuberculoso, mas já está com escriptos para ser arrendada a outros que queiram suicidar-se naquella fóca poderosa...

Levamos este facto no conhecimento das auctoridades respectivas, a ver se se consegue que se proceda a uma beneficição completa e rigorosa na referida casa, se ella for susceptivel de tal. Mas parece-nos que seria muito mais proficuo expropriar a casinhola e deitar-lhe o fogo...

Ahi fica a participação; cumpra o seu dever quem dever cumpri-lo.

O ministro das obras públicas deu auctorização para que sejam cortadas nas matas do Estado todas as madeiras que forem precisas para o bairro operário que o *Commercio do Porto* vai mandar construir no Monte Pedral, na cidade do Porto. Eleva-se já a réis 16.000.000 a subscripção aberta para levar a effeito tam grande melhoramento, sendo de crer que em breve atinja 26.000.000, em virtude dos elementos que se estim retinindo.

O seu a seu dono

No nosso último número pedimos providências para o estado em que se encontram as latrinas do lyceu.

E' justo porém dizer que no sabbado já o engenheiro encarregado dos edificios públicos desta cidade recebeu ordem para immediatamente providenciar a tal respeito, pelo que é de louvar a auctoridade administrativa, se tambem já tinha reclamado a este respeito. O que esperamos agora é que as obras se façam com a urgência que pedem.

— Durante a ausencia do sr. dr. Bernardo António Serra de Mirabeau, administrador dos Hospitais da Universidade, está exercendo interinamente o mesmo cargo o sr. conselheiro dr. Manoel da Costa Alemão, decano e director da Faculdade de Medicina.

O sr. Manoel José Telles, proprietário da mais antiga fábrica de bolacha e biscoito — A Nacional — que existe nesta cidade, inaugurou no domingo passado a nova succursal desta fabrica, situada na rua Ferreira Borges. É um estabelecimento que se impõe pela magnificência da sua installação e pelos deliciosos productos que nelle se encontram.

Regressou da Figueira da Foz, o sr. dr. Herculanô de Carvalho, médico e cirurgião dentista nesta cidade.

O sr. António Costa, com officina de marceneiro, a Sé Velha, acaba de executar com muita perfeição e solidez um bilhar para o estabelecimento do sr. Manoel Lopes Sêcco, na Praça de D. Luis, quinta de Santa Cruz, onde já possuia um outro, feito em Lisboa que, não excedendo em perfeição ao executado pelo sr. Costa, muito menos o excede em preço, pois, que custou a mais a bagatella duns 60.000 réis.

O sr. Costa é um artista trabalhador e hábil e ainda não ha muito tempo que a elle nos referimos neste jornal com muito louvor pelo bem trabalhado de um guarda fato de pau preto. Alem destes tem muitos outros trabalhos que o honram bastante.

Esteve nesta cidade o sr. D. Theotónio Vieira de Castro, bispo de Meliapor. Visitou os principaes monumentos e museus d'arte e archeologia e celebrou missa na capella do seu onomástico no mosteiro de Santa Cruz. Retirou para o Porto d'onde seguirá para a sua diocese por via terrestre até Náples.

PELO MUNDO

Rebentaram graves tumultos em Negpoor. A povoação indigena insurreccionou-se em consequência da fome que a está torturando. Intervieram as tropas a fim de restabelecer a ordem.

Em Hollerschau, (Moravia) deram-se graves desordens, sendo quebradas as vidraças das casas dos judeus, saqueadas duas lojas e incendiada uma casa. A gendarmeria teve de fazer fogo sobre os amotinados, matando um e ferindo muitos.

No banquete, realizado por occasião da inauguração da ponte em Ivry sur-Seine, o sr. Baudin, ministro das obras públicas, pronunciou um discurso, no qual convidou a unir todos os republicanos para se fazer respeitar a Republica e assegurar a observação das leis. Accrescentou que o governo proseguirá a política social inaugurada pela intervenção nos conflictos sociaes e continuará na sua attitude firme e enérgica contra o perigo clerical.

Em Barcelona foram suspensas as garantias constitucionaes, em consequência da resistência dos contribuintes a pagarem os impostos.

Entre a Inglaterra e o Transwaal

Madrid, 24.—Além do general Symmons ficaram mortos e feridos mais quatro coroneis ingleses, entre elles o chefe de estado maior, três commandantes superiores, nove capitães e dezeseite officiaes subalternos.

Vê-se por esta proporção, que os atiradores boers preferem, nas suas pontarias, os officiaes.

Londres, 23.—Câmara dos Communs.—O sr. Brodrick leu as communicações resumindo as últimas notícias da guerra, as quaes dizem que chegara esta manhã ao Natal uma forte columna de boers, vinda do norte e oeste, avançando sobre as tropas do general Yule, o qual, deixou Dundee para seguir para Glencoe onde concentra as suas forças. O general Yule deixou talvez os feridos em Dundee. O general White occupa a posição de Ladysmith, onde recebe reforços vindos de Pietermaritzburg. O inimigo parece ter grande superioridade numérica.

Londres, 23.—Câmara dos Communs.—Sir Michael Hicks-Beach, chanceler da fazenda, disse, que, se os ingleses ficarem victoriosos, como se prevê, o Transwaal pagará parte das despêsas da guerra; mas se a Inglaterra for batida, o governo appellará para o patriotismo do povo. Sir Henry Campbell-Bannerman, deputado liberal, declarou que approvava a proposta de sir Michael Hicks-Beach auctorizando a emissão de bons do thesouro na importância de oito milhões de libras sterlingas. A câmara approvou esta proposta por 336 votos contra 28.

Da última lista do ministério da guerra consta que o total das perdas inglesas no combate de Elandslaagte foi de 257 homens; dos quaes 5 officiaes mortos e 30 feridos; 37 officiaes inferiores ou soldados mortos; 175 feridos e 10 desaparecidos.

Pretória, 20.—O generalissimo Joubert telegrapha que o general Lucas Mayer se encontrou com os ingleses em Dundee, mas o coronel Erasmus, que devia concorrer ao ataque não appareceu; os boers tiveram 10 mortos e 25 feridos; as perdas dos ingleses sam importantes.

Londres, 24.—Um despacho expedido de Ladysmith pelo general White, e affixado esta noite no Ministério da Guerra, annuncia que o general White enviou uma columna de tropas ao encontro do general Yule, que se retirava em bôa ordem sobre o rio Sundays para a banda de Ladysmith; a 7 milhas desta cidade a columna encontrou os boers, os quaes romperam logo o fogo com um só canhão, que pouco depois foi reduzido a silêncio; o general White limitou os seus esforços a impedir os boers de darem batalha ao general Yule.

LONDRES, 25.—Telegrapham da Cidade do Cabo ao *Daily Mail* que o general Yule juntou-se com o general White perto de Ladysmith; os dois

atacaram primeiro os boers orangistas e depois os do general Joubert.

Annuncia um telegrama de Aar, com a data do 23, para o *Daily Telegraph* que o general boer Kronge, repellido de Mafeking duas vezes, avança sobre Kimberley, que atacará com os boers orangistas.

LONDRES, 24.—O *Times* Journal imperialista insere um artigo reconhecendo que a tactica dos boers é de primeira e que sam dotados de extraordinarias qualidades guerreiras.

Os outros jornaes pedem ao povo que não desespere com as noticias más.

O artigo do *Times* tem causado impressão, pois mostra que na Africa do Sul tem ocorrido factos da mesma gravidade e que o governo ingles occulta.

—Os boers apoderaram-se de Klipdam, no districto de Kimberley; o residente adjuncto ingles e um empregado ficaram prisioneiros.

Suppõe-se que os boers avançam sobre Donglas.

Complicações internacionais

Notícias de Londres dizem que os arsenaes de marinha trabalham dia e noite, mas não por motivo de guerra com as republicas sul-africanas. A Grã-Bretanha prepara-se na previsão, dum conflicto internacional no Oriente.

Para esse fim retinou o conselho de ministros.

Horrores nas prisões

A cerca das torturas a que sam submettidos os criminosos nas prisões da Rússia, publicam alguns jornaes extranjeiros varias noticias que causam profunda impressão.

Em consequência de um attentado commetido com vitriolo em Wilna, por varios operários, foram estes mandados para a Sibéria de pois de soffrirem o supplicio do knut.

Na prisão de Wittebosk, um chefe socialista foi morto por um dos guardas. Ao realizar-se o enterro, houve tumultuosas manifestações contra a policia, sendo presos muitos manifestantes.

Em Moscow, um estudante de medicina, chamado Lierven, preso por delictos políticos, foi tam cruelmente maltratado, que preferiu suicidar-se a soffrir por mais tempo as torturas a que o submettiam os seus algozes. Para realizar o seu intento, embebeu o fato em petroleo e deitou-lhe fogo, morrendo ao cabo de horriveis soffrimentos.

O *Morning Post* publica interessantes revelações sobre as crueldades praticadas nas prisões italianas.

Ha mais de dois annos que o socialista Frezzi foi preso e accusado de cumplicidade no attentado commetido contra o rei Humberto por Acciarito. Poucos dias depois de ter sido preso, foi encontrado morto na sua célula. O exame medico provou que fora ferido pelos guardas da cadeia.

Recentemente, o processo intentado contra os cúmplices ou suppostos cúmplices de Acciarito, tem dado logar a novas revelações. Provou-se que, do mesmo modo que os anarchistas de Montjuich, os socialistas italianos têm sido victimas de inqualificaveis torturas, physicas e moraes, infligidas pelas auctoridades da prisão.

Estas revelações têm produzido tal indignação, que se espera o immediato castigo dos criminosos, pois o governo não vê outro meio de serenar a opinião publica.

Outro caso semelhante ao de Frezzi acaba de dar-se na prisão de Santo Stefano. Um preso, que estava atacado de febres, foi encontrado morto na célula. O medico da prisão, depois de lhe fazer a autopsia, declarou que a morte fora devida a espancamento.

O governo mandou proceder a uma syndicância.

RESISTENCIA

Redacção e administração, Arco d'Almedina, 6

Editor, José Pereira da Motta

Officina typographica, Arco d'Almedina, 8

N.º 490

COIMBRA — Quinta feira, 2 de novembro de 1899

5.º ANNO

Situação financeira

Se, para esmagar este governo de ineptos, não bastassem os directos ataques à liberdade que desde a gloriosa ascensão ao poder do governo progressista se tem vindo commettendo, bastaria com certesa a apresentação das contas do Estado para completamente o fulminar.

Tem sido norma de todos os governos que nos últimos dez annos têm subido ao poder, apreçoar aos quatro ventos da fama um largo e pomposo programma de economias de toda a ordem. E' com esses programmas, adredes fabricados para um reservado fim, e com essas cifras mirabolantes apresentadas ao público, que as não percebe, como elixir da miséria que o apoquento, que os políticos monarchicos fazem o seu tirocinio para o poder.

Não escapou à regra o partido progressista. Quem se não lembra ainda daquellas promessas enfloradas de rhetorica, apoiadas com adjectivos sonoros, berrada do alto das tribunas por alguns dos actuaes dirigentes? Deu apenas isto a pagodeira nos circos taumáticos e theatros: — o dispêndio de imagens rhetoricas, que hoje fazem falta ao governo.

Apesar de todas as promessas, a situação piorou. Se ellas não illudiram ningaem, porque o povo português, hartos escarmentado pela burla governamental, já não acredita em elixires salvadores, serviu contudo para demonstrar mais uma vez este irrefragavel theorema: — que as instituições monarchicas, anachronicas como principio, só da mentira vivem.

Sam os números que o provam, as cifras que o documentam, e contra ellas de nada servem os jogos malabares executados nas columnas do *Economista* pelo sr. Carrilho, nem as tiradas de elogios com que o *Correio da Noite* premeia o governo que tem aquelle orgão a seu soldo. Pôde-se responder a palavras, a argumentos numéricos, nunca.

Em fevereiro de 1897, quando o governo progressista subiu ao poder, estava a divida fluctuante em 33.845:300 227 réis. Onze meses depois, no final do anno, que os promettimentos de outr'ora faziam prever próspero para as nossas finanças, a mesma divida elevava-se a 40.231:347 144 réis. Quer dizer: em onze meses, a divida crescerá mais de seis mil contos, o que nunca acontecerá no tempo dos regeneradores.

No mesmo período de circulação fiduciária, combatida in illo tempore com inferior denodo pelos gravatas vermelhas em larga abundancia de tropos inflammados, subiu 7.311 contos de réis.

907.500 libras do fundo externo foram alienadas, bem como 4.207 contos do fundo interno.

As 72.718 obrigações do Norte e Leste, que representavam ouro, foram postas no preço, depois desempenhadas, perdendo-se uma quantiosa somma no negocio, e agora, segundo consta ao *Popular*, novamente empenhadas, para regosijo do país.

Propositadamente guardamos para o fim a divida do thesouro, ao banco de Portugal, cujo augmento representa um indiscutivel perigo para a economia do país, desalmadamente administrado por meia dúzia de politicos sem nome, que engordam e se locupletam à sombra protectora do thesouro. E

como a matéria pôde ser posta em dúvida por aquelles que, sempre promptos a duvidar das nossas palavras, não apresentam o mais pequeno facto que as contradicte, faremos uma história mais minuciosa do terrivel desenvolvimento desta divida.

Em 1890 devia o thesouro ao banco, segundo o respectivo orçamento, 1.859 contos apenas. Um anno depois, quando a crise nos nos começou a assoberbar, a divida augmentou 3.760 contos, passando a ser de 5.628 contos. Durante a gerência do sr. Dias Ferreira augmentou a divida 6.172 contos, ficando, quando aquelle estadista desoccupou os bancos do poder, em 11.800 contos. Até fim de 1896, durante a calamitosa gerência regeneradora, augmentou a divida 6.913 contos, passando a ser de 18.713 a sua importância total.

Chegámos à gerência progressista, a mais nefasta de todas as gerências que se tem vindo succedendo no país. Em menos de anno e meio, até junho do passado anno, cresceu a divida 7.001 contos, ficando em 25.714 contos ao fechar-se o anno económico. E hoje a cifra já vai muito mais além, ameaçando chegar a 30.000 contos!

E a par d'isto, quantos augmentos de despêsa! Os orçamentos dos ministérios foram alargados, accusando o do reino um augmento de 90 contos, o da justiça, 26 contos, o da guerra, 204, o da marinha 254 e o das obras publicas, 650. Assim, só neste ramo de despêsa, o augmento foi, num instante, de 1.294 contos de réis.

Para supprir estes augmentos e pagar a turba multa de funcionários que sugam o Estado por diversas e variadas formas, decretam-se novos tributos, criam-se novos impostos. E' o povo, esse povo que dorme na serena inconsciência do perigo que se aproxima, quem, afinal, paga todo este debêche do regimen, que só se mantem à custa da corrupção altamente paga.

Quando se trata de novos impostos e tributos, falta-se sempre no interesse público, na necessidade de interpretavel de salvar a pátria. A primeira necessidade interpretavel é a de expulsar o regimen que augmenta a miséria pública decretando tantos tributos, e fomenta a miséria moral, pagando largamente a corrupção.

De quem a culpa se a receita é inferior à despêsa? De quem a culpa se o deficit, conforme o insuspeito testemunho dum deputado, atingiu a pasmosa cifra de dez mil contos?

O augmento dos orçamentos ministeriaes, inutil e prejudicial como tudo que contribua para avolumar a despêsa, podia ser compensado dalgum modo, sem se pedir mais dinheiro ao país por meio dos empréstimos e impostos decretados se se mandasse cumprir as leis e os decretos existentes. Os preponderantes nesta sociedade suja e torpe, os galopins eleitoraes, os influentes politicos esquivam-se sempre ao pagamento do que devem a fazenda.

Os jornaes apontam constantemente altas personagens que fogem às contribuições pelos meios mais baixos, ou ameaçando os politicos do regimen, ou empenhando no caso amigos e triumphos conhecidos. Não ha muito que um jornal de Lisboa organisou a seguinte estatística de dinheiro a cobrar pelo governo, se este não fosse feito com todos os caloteiros que disponham de certo numero de votos.

Do producto da emissão de vales ultramarinos em que ainda ninguém logrou por a vista	2:000 contos
Do imposto de rendimento devido ao Estado pelas grandes companhias e cuja cor do dinheiro o thesouro não vê	2:000 contos
Da divida ao thesouro, de sete annos, de bancos que devendo pagar 80 contos annuaes de imposto, pelos dividendos distribuidos, só tem pago 8 contos	504 contos
Divida dos privilegiados graúdos — de immediata cobrança — em relação a cujos direitos de mercê o Estado nunca perdeu os direitos	1:600 contos
Divida da casa real á Alfandega, que todos os governos dizem ser a um dia liquidada, por encontro de contas, dia que ainda ninguém viu raiar	250 contos
Somma...	6:354 contos

A immoralidade cresce, como se vê.

A casa real, que tem uma enorme dotação, esquivam-se ao pagamento dos 250 contos devidos á alfandega. Seguindo-lhe o exemplo edificatissimo, vêm-lhe na piugada as poderosas companhias, os grupos de ousados syndicateiros que enriquecem sem se saber como, por meio de traficâncias de toda a ordem.

E a ruína que se aproxima a passos agigantados, parece não assustar ningaem! Os passos do estrangeiro que se encaminha para nós não tem força sufficiente para nos despertar da modorra.

O povo ha de acordar, repete a toda a hora. Pois sim, — mas tarde, depois de se ter despenhado no abysmo que a monarchia lhe abriu aos pés!

GOMES DOS SANTOS.

A VIAGEM DO SR. RESSANO

O sr. Ressano Garcia, dizem os jornaes de Lisboa, partiu de Paris para a Hollanda.

Têmo-lo então nos Países-Baixos.

Sempre se disse que seria esse o fim da viagem.

UMA MANIFESTAÇÃO

Noticias de Lisboa informam que a comissão de resistência anti-jesuítica — a mesma que em setembro promoveu a homenagem á memoria do marquês de Pombal — vai promover uma manifestação á memoria de Anselmo Bramcaamp no dia 11 de março — data da promulgação do decreto (1862) que extinguiu as ordens religiosas.

Somos, em principio, contra o *liberalismo*, que entre nós vive com o nome de *progressismo*.

Parece que o *liberalismo* — devia servir-nos dalguma forma, para exercer até certo ponto o papel de nosso auxiliar.

Mas o *liberalismo*, está evidenciado, é o nosso fundamental inimigo.

Praticamente, elle não é melhor que o conservantismo.

É, pelo contrario, peor.

Essa doutrina, anda próximo de nós.

Na prática, encontra-se, porém, pelo menos tam afastado como o conservantismo.

Consequentemente, nós não somos nem podemos ser admiradores de Bramcaamp. E' certo que Bramcaamp não era positivamente o que é o sr. José Luciano. Foi, porém, chefe dos progressistas. Isto basta para o afastar das nossas sympathias.

Todavia, somos pela manifestação projectada. Applaudimo-la, demonstra a nossa adhesão.

E' que a manifestação é uma manifestação anti-jesuítica. Affirma-o o nome da comissão que a promove. Affirma-o a data em que ella ha de realizar-se.

Não se trata, pois, de consagrar Bramcaamp. Trata-se de prestar homenagem ao auctor do decreto que prohibiu as ordens religiosas. Quer dizer: não se trata duma homenagem em que mal pôde caber um partido, mas duma affirmacão em que deve pronunciar-se todo o país liberal.

Ora, toda a manifestação anti-jesuítica é oportuna hoje — qualquer que seja o fundamento ou o pretexto.

Atravessamos um periodo de reacção. A situação eminente que desempenha no país uma intelligente Orléans, cujo espirito beatifico de familia foi educado no *Sacre Coeur*, desenvolveu, por uma forma sobremodo aterradora, o jesuitismo, dando-lhe novos fóros, campos não conquistados. E é assim que o vemos, como agora, fazer *piet-de-nez* ao poder executivo, quando se entrega á temeridade de ameaçá-lo: veja-se como agora o *Correio Nacional* respondeu ao *Correio da Noite* quando este falou sobre a illegitima existência das ordens religiosas.

Em tal phase, é convenientissima toda a propaganda contra o jesuitismo, todo o incitamento ao povo para que nelle revivam os sentimentos d'ódio contra a seita negra.

Mas ha ainda outra razão a tornar opportuna a manifestação e mais que opportuna — espírituosa.

E' exactamente a qualidade politica de Bramcaamp.

Bramcaamp, o chefe progressista, prohibiu em 1862 as ordens religiosas.

Os progressistas de hoje mantêm essas ordens. E não só as mantêm, como as protegem á *outrance*.

E' esse o facto que a manifestação expõe e friza, a denotar bem a defecção do progressismo, em toda a sua enorme profundesa.

Assim, a manifestação é duplamente para applaudir, por ter dois alvos: o jesuitismo e o progressismo.

O TRANSWAAL

VIII

Começa já a accentuar-se definitivamente a attitudo da Alemanha na questão do Transwaal, e com a nova orientação do governo imperial coincide a linguagem aggressiva da sua imprensa officiosa contra a Inglaterra, e um mais significativo impulso no alistamento de voluntarios que generosamente vam prodigalizar o seu sangue e sacrificar a sua vida em holocausto á independência das duas Repúblicas sul-africanas.

A mesma consciente tactica que se observou por parte dos generaes allemães na guerra franco-prussiana, é que está operando as maravilhosas surpresas de praças na campanha anglo transwaaliana, e a certesa mathematica do território sobre que se baseiam as operações de Kronge e de Joubert, denotam-nos claramente a sciencia reconhecida dos grandes tacticos teutões.

E' este facto, logo revelado na segurança com que se operou a invasão do Natal, que effizadamente concorre para nos esclarecer os antecedentes successos e os precedentes diplomaticos preparatórios da actual situação. Desde que a Alemanha confiou da manutenção do *statu-quo* europeu a rigorosa observância do *hinterland* sul-africano, nem mais foi para extranhar que o Transwaal adoptasse immediatamente uma attitudo firme, mas correcta para com a Inglaterra, e é a partir do malogro da expedição Jameson que se deve marcar o inicio duma nova politica externa do governo de Pretória, mais tarde gloriosamente consummada na aliança com a Republica d'Orange, que se considerou como um passo para a guerra.

A aliança do Transwaal com o Estado Livre d'Orange tendo — como effectivamente tem — um caracter puramente defensivo, foi logo no seu inicio considerada em Londres como uma séria ameaça para a Inglaterra na sua hegemonia sul-africana, e a impressão produzida no espirito do povo britannico pela firme convicção desse facto — agora plenamente confirmada — foi o thermómetro ideal em que Chamberlain começou a observar o grau do calor patriótico, produzido por uma extranha excitação num povo tam fleugmático como é o inglês, e a norma do proceder fatal que levou o *Foreign Office* a uma politica aventureira, em cujo declivio pode estar mysteriosamente encerrada a estrondosa e fatal derrocada do império anglo saxão.

A diplomacia dos dois países operou a sua natural aproximação. A tactica allemã fez o resto e a Inglaterra, que no orgulho da sua superioridade julgou esmagar a digna hombridade de dois pequenos povos, viu-se súbitamente enredada nas intrincadas malhas da politica europeia, e, repentinamente preocupada com os perigos duma assombrosa conflagração, vai se distraindo dos seus interesses bélicos na Africa meridional, lançando ao mesmo tempo inquietos olhares para a vastidão dos seus dominios ultramarinos, onde a intriga e a ambição das grandes potências fervilham na sombra, dispendo o mysterio hindu, o fanático mahometano, o activo canadiane e até mesmo o próprio pária irlandês para vida que é a resistência e a Revolução.

Ao passo que na Inglaterra uma população desvaivada pelas descabelladas invectivas duma imprensa

Litteratura e Arte

A' GUITARRA

I
Tres cordas tem a guitarra,
Uma d'oiro, outra de prata...

Ninguem faça ramalhetes
Com flores que não-de murchar...

Das três cordas da guitarra
Só a terceira dá ais...

Quantas fôlhas tem a rosa?
Quantos raios tem o sol?

Quantas ondas d'água amarga,
De tantas que andaes no mar...

Dizei-me, ó rosas do monte,
E ondas que andam a fugir...

Não sei quantos peitos tenho,
Nem já quantos corações...

Quem tem vida para isto
Mais valia não a ter!

Das três cordas da guitarra
Uma chora, outra dá ais...

Guitarra, minha guitarra,
Quem as cordas te estalou?

Lindas águas do Mondego,
Por cima olivas do monte!

Ó rio, rio da vida,
Quem te fôra atravessar!

Mas dize tu, ó Mondego,
Poís todos levam seu fado...

Tu, ao som dos teus salgueiros,
Levas as tuas areias...

Debaixo do arco grande,
Onde a água faz remanso...

O luar bate no rio;
Tem um mágio fulgôr...

Lindas areias do rio!
Uma traz doutra a fugir...

Quem tiver amôres tristes
E andar rôto a mendigar...

A' noite, o salgueiro é negro...
Com o vento meneando...

Ó frade, fecha o teu livro,
Vá caminho do teu fim...

Lindas águas do Mondego.
E os salgueiros a cantar!

Guitarra, minha guitarra,
Quem te havia de estalar?!

Vou morrer—mas não desejo
Campa nobre alevantada...

Sejam-me cários brilhantes,
Quando me fôr a enterrar...

Sejam-me cários brilhantes,
Quando me fôr a enterrar...

Que não me queimem incenso,
Entre cantos funeraes...

Não se oçam os graves sinos
Dobrando com grande dôr...

Não quero (signal funesto!)
Cruzeiros alevantados...

Foi nessa cruz que esperei,
Enquanto esperar podia...

Não quero me dêem sombra
Nêgros cyprestes erguidos...

Envolve meu corpo morto,
Como perfumado véu...

E' coisa justa, menina,
Que esta defunta paixão...

VI

Guitarra, minha guitarra,
Já que a corda te estalou...

ANTHERO DE QUENTAL.

A questão da Ribeira-Peixe
na ilha de S. Thomé

(2.ª série)

IV

A denúncia das Terras denominadas
Ribeira-Peixe não está nem ficará...

Os que as usurpáram ao Estado não
gozam nem gozarão do seu rendimento...

Só pela farronca de os ter, gastam
e gastáram algo que de igual origem...

(Resistência, n.º 481.)

Essa segunda verba lançada a
débit oda firma Valle Flôr & C.ª...

Esses quarenta contos de réis que
o receptor nunca assáz me...

Essa segunda verba lançada a
débit oda firma Valle Flôr & C.ª...

Vou respigar e reunir essas pe-
quenas e dispersas parcelas e des-

Relembraei o que, confrontan-
do a Portaria n.º 18 A, de 19 de...

No n.º 1242 de 27 de abril de 1895:

«...ora veja v., meu caro Con-
stâncio. A Portaria é de 19 de...

«...ora veja v., meu caro Con-
stâncio. A Portaria é de 19 de...

«...ora veja v., meu caro Con-
stâncio. A Portaria é de 19 de...

«...ora veja v., meu caro Con-
stâncio. A Portaria é de 19 de...

«...ora veja v., meu caro Con-
stâncio. A Portaria é de 19 de...

inhâbil—irem proceder a essa de-
marcação e medição!

«Poís ha uma denúncia de que
alguem usurpou umas terras do...

E no n.º 1271, de 31 de maio
do mesmo anno, reproduzindo o...

«...Eu não peço ao nobre mi-
nistro da marinha que consulte o...

E' sabido que os funcionários
ad hoc, incommodados pro domo...

«Tendo a firma Valle Flôr &
C.ª...pedido para que uma porção...

«Chega se ao pé do ministro com
o mappa da ilha e mostra-se-lhe:

«Mas lhe não mostram—porque
está na sua mão não mostrá lo—

«E ainda mais cuidadosamente
lhe occultam que o terreno em ques-

«O que porém cuidadosamente se
lhe occulta é que 12:000 metros...

«O Estado aceita a offerta só-
mente.

«Nada mais philantrópico e
justo.

«Perfeito engôdo.

«Chega se ao pé do ministro com
o mappa da ilha e mostra-se-lhe:

«Aqui tem v. ex.ª esta nêsgasinha
de terreno encharcado e pantanosos...

«Mas lhe não mostram—porque
está na sua mão não mostrá lo—

«E ainda mais cuidadosamente
lhe occultam que o terreno em ques-

«O que porém cuidadosamente se
lhe occulta é que 12:000 metros...

«O Estado aceita a offerta só-
mente.

«Nada mais philantrópico e
justo.

«Perfeito engôdo.

«Chega se ao pé do ministro com
o mappa da ilha e mostra-se-lhe:

«Tanto basta para se vêr que eu
não inventei que o Estado possuia...

«2.º—Que o terreno pedido está
em questão; por isso não pode ser...

«3.º—Que o governador de S.
Thomé está auctorizado unicamente...

«4.º—finalmente: Que para esse
fim (o de aceitar o terreno offere-

«E, que continue a pezar aquêlle
superiormente intelligente capitão-

«A firma Valle Flôr & C.ª pediu
ao Estado 6059,013 m. q. de terreno...

«O Estado aceita a offerta só-
mente.

«Nada mais philantrópico e
justo.

«Perfeito engôdo.

«Chega se ao pé do ministro com
o mappa da ilha e mostra-se-lhe:

«Aqui tem v. ex.ª esta nêsgasinha
de terreno encharcado e pantanosos...

«Mas lhe não mostram—porque
está na sua mão não mostrá lo—

«E ainda mais cuidadosamente
lhe occultam que o terreno em ques-

«O que porém cuidadosamente se
lhe occulta é que 12:000 metros...

«O Estado aceita a offerta só-
mente.

«Nada mais philantrópico e
justo.

«Perfeito engôdo.

«Chega se ao pé do ministro com
o mappa da ilha e mostra-se-lhe:

«Aqui tem v. ex.ª esta nêsgasinha
de terreno encharcado e pantanosos...

«Mas lhe não mostram—porque
está na sua mão não mostrá lo—

«E ainda mais cuidadosamente
lhe occultam que o terreno em ques-

«O que porém cuidadosamente se
lhe occulta é que 12:000 metros...

das e que, de mais a mais, em
agosto de 1889 fôrã mandadas...

«A port. reg. de 19 de fevereiro
último mandou proceder à demar-

«Depois da saída do gabinete, do
ministro auctor da portaria, foi...

«Nesse dia—21 de setembro de
1896—é que se lavrou no palácio...

«Fica para o número seguinte. E
para isso não hei de ter mais do...

«Por hoje, sommados todos ês-
tes vintens, dez reis e cinco rei-

S. Thomé, 4 de setembro de 1899.

LIGÓRIO NICOLAU CABRAL.

LECCIONAÇÃO

Explicação do 1.º anno ma-
thematico e leccionação de ma-

PARA

Cassiano Neves
Bacharel em Philosophia

Para tractar: Couraça de Lis-
bôa, 59

Piano
Vende-se um de pau preto muito...

A CARANTONHA
SEMANÁRIO ILLUSTRADO
por
Celso Herminio
APARECE ÀS SEXTAS FEIRAS
Caricaturas extraordinárias de verre.—Actualidades.—Retratos de «charge». — Gravuras—Chronicas, etc.
Assignatura, 6 meses, 600 réis.
Gerente, Décio Carneiro. Redacção e administração, rua das Gáveas, n.º 16, 1.º, direito.—Lisboa.

COMPANHIA DE SEGUROS
FIDELIDADE
SÉDE EM LISBOA
CAPITAL:
1.344.000\$000
FUNDO DE REZERVA:
300.000\$000

² Esta companhia, a mais antiga e a mais poderosa de Portugal toma seguros contra fogo e raio bem como os de risco marítimo.
Representante em Coimbra—Bazilio Augusto Xavier de Andrade—rua Martins de Carvalho, n.º 45, (antiga rua das Figueirinhas).

PHENATOL
GONOCÓCIDA
PREPARADO POR
FRANCISCO MIRANDA D'ASSIS
Pharmaceutico pela Universidade

Emprega-se com grande exito no tratamento e cura das affecções do aparelho genito urinario.
MODO DE USAR
Três injeções diárias com intervalo de seis horas.
DEPOSITO
PHARMACIA ASSIS
41—PRAÇA DO COMMERCIO—42
COIMBRA

Escritorio e officinas
RUA GARRETT, 48, 1.º, LISBOA



BICO AUER
Marca registada
Premado com a medalha d'ouro na Exposição Industrial do Porto de 1897
O **Bico Auer** é o unico cujas mangas sam fabricadas em Portugal e portanto o *Unico Nacional*, o que foi reconhecido pelo digno jury da Exposição de productos nacionaes do Porto, concedendo unicamente a elle a *Medalha d'Ouro* que constituiu a mais alta recompensa.
Succursal em Coimbra, rua do Visconde da Luz, 101 a 103.

João Rodrigues Braga
SUCESSOR
COIMBRA
17, Adro de Cima, 20—(Detraz de S. Bartholomeu)

Armazem de fazendas de algodão, lã e seda. Vendas por junto e a retalho. Grande depósito de pannos crus.—Faz-se desconto nas compras para revender.
Completo sortido de coróas e bouquets, fúnebres e de gala. Fitas de faille, moiré, glacé e setim, em todas as côres e larguras. Eças douradas para adultos e crianças.
Continua a encarregar-se de funeraes completos, armações fúnebres e trasladações, tanto nesta cidade como fóra.

ALMANACH ILLUSTRADO DO JORNAL "O SÉCULO."
PARA 1900
(4.º ANNO)
Este admiravel almanach está já à venda nas principaes livrarias do pais e nos escriptórios da empresa, Rua Formosa, 43 — Lisboa.
1 vol. de 112 paginas, capa chromo, lithographada, e numerosas zincogravuras intercaladas no texto.
Preço:—brochado, 120 réis
cartonado, 200 réis

Escritorio e officinas
RUA GARRETT, 48, 1.º, LISBOA

Officina de malas
DE
Pedro da Silva
Rua de Quebra-Costas, 39
Coimbra
Nesta officina encontra-se um variado sortido de malas em diversos gostos e formatos. Satisfazem-se quaesquer encomendas com promptidão, assim como se fazem concertos com a máxima perfeição.
Preços resumidos, attendendo a que o proprietário desta officina se fornece directamente da fábrica.

Consultório dentário
Herculano de Carvalho
Médico
Rua Ferreira Borges (Calçada), 174
Consultas todos os dias das 9 horas da manhã ás 4 da tarde.
Gratis aos pobres aos domingos e quintas feiras, das 8 ás 9 da manhã.
Lições e Repetições.
R. do corpo de Deus 65. r.º.

A's fábricas a vapor
Cartão e corda de amianto para as máchinas.
Preços sem competidor.
José Marques Ladeira
R. do Visconde da Luz
Coimbra

Venda de casa
Vende-se uma na travessa da Mathematica, n.º 9.
Para tratar na mesma.

CURSO DE INGLÊS
Para senhoras e meninas
Uma senhora inglêsa muito respeitável, com grande prática d'ensino desta lingua e conhecendo tambem a fundo a portugueza e françesa, lecciona anglês em curso ou em casa das alumnas.
Na rua do Sá da Bandeira, 1.ª casa juncto à Estação de incêndios dá-se todas as informações.

"RESISTENCIA"
—
PUBLICA-SE AOS DOMINGOS E QUINTAS-FEIRAS
—
Condições de assignatura
(PAGA ADIANTADA)
Com estampilha:
Anno..... 2\$700
Semestre..... 1\$350
Trimestre..... 680
Sem estampilha:
Anno..... 2\$400
Semestre..... 1\$200
Trimestre..... 600
ANNUNCIOS
Cada linha, 30 réis—Repetições, 20 réis.—Para os srs. assignantes, desconto de 50 p. c.

LIVROS
Anunciam-se gratuitamente todos aquelles com cuja remessa este jornal fôr honrado.
NÚMERO AVULSO 40 RÉIS
Para photographos amadores
⁴ Revelações, retoques, impressão usual e a côres e ampliações por preços razoaveis
Rua do Guedes, 3

FABRICA DE CERÁMICA
João da Silva Pinho
91—Rua Direita, 93—COIMBRA

Diversos materiaes de construcção, taes como: Manilhas, telhões, balaustres, tijolos de todas as mensões para fornos e chaminés, syphões e bacias para tretes, tanto em barro branco como em vermelho, e bem assim diferentes utensilios, como: vasos para jardins, tachos para cosinha, fogareiros, etc, tudo de boa construcção.
Esta fabrica está montada nas condições de poder satisfazer de prompto qualquer encomenda.

COZINHA POPULAR
RUA DA CONCÓRDIA, N.º 27, 29 e 31
Figueira da Foz
O seu proprietário, antigo cozinheiro do hotel Reis, encarrega-se de fornecer almoços e jantares, para fóra, por preços cômmodos.
Tem bons quartos para alugar, aceitando hóspedes permanentes.
O proprietário,
José Maria Junior.

CURSO DE HABILITAÇÃO
PARA O
MAGISTERIO PRIMARIO
Rua da Sophia, 57—COIMBRA

Continua a funcionar este curso, dirigido pela professora complementar da cidade de Coimbra, Olívia Fontes d'Almeida, habilitada com o curso complementar pela Escola Normal do Porto.
Os resultados obtidos pelos alumnos que têm frequentado este curso, são garantia bastante para os candidatos que desejem habilitar-se para o magistério primario.
Para que possam certificar se da veracidade do que afirmamos, publicamos os nomes e residência dos alumnos que obtiveram approvação, tanto na Escola Districtal de Aveiro como na de Villa Real e Braga, unico réclame que a Direcção deste curso costuma fazer.
O Corpo docente deste curso é constituído pelos seguintes professores:
Olívia Fontes d'Almeida.
Julião Maria Paes da Silva, legalmente habilitado.
Francisco Duarte d'Almeida.

Alumnos que frequentaram o curso e obtiveram approvação
D. Maria da Graça Cancellia Fontes, de Villa Real.
D. Luiza Carmelina Teixeira d'Azevedo, de Coimbra.
D. Maria do Carmo Ventura, de Coimbra.
D. Maria d'Assumpção Sant'Anna Ladeira, de Coimbra.
D. Maria Amália Pereira Monteiro, de Coimbra.
D. Albertina Veiga, da Figueira da Foz.
D. Maria d'Assumpção Figueiredo Gomes, de Coimbra.
D. Maria Guilhermina Xavier Pereira, de Miranda do Côrvo.
Accacio Alves Fontes, de Villa Real.

ESTABELECIMENTO DE FERRAGENS, TINTAS E ARMAS DE FOGO DE JOÃO GOMES MOREIRA

50, Rua Ferreira Borges, 52, (Em frente ao Arco d'Alameda)
Cal hydraulica: Grande depósito da Companhia Cabelo Mondego.—Aviso aos proprietários e mestres d'obras.
Electricidade e optica: Agência da casa Ramos & Silva de Lisboa, constructores de pára-raios, campainhas eléctricas, oculos e lunetas e todos os mais appparelhos concernentes.
Tintas para pinturas: Alvaiades, óleos, água-ráz, crêsgesso vernizes, e muitas outras tintas e artigos para pintores.
Cimentos: Inglês e Cabo Mondego, as melhores qualidades que se empregam em construcções hydraulicas.
Diversos: Bandejas, oleados, papel para forrar casas, moinhos e torradores para café, máchinas para moer carne, balanças de todos os systemas.—Rêdes de arame, zinco e chumbo em folha, ferro zincado, arame de todas as qualidades.
Ferragens para construcções: Grande sortido que vende por preços eguaes aos de Lisboa e Porto.
Pregagens: De ferro e arame primeira qualidade com grandes descontos.—Aviso aos proprietários e mestres de obras.
Cutilaria: Cutilaria nacional e estrangeira dos melhores auctores. Especialidade em cutilaria Rodgers.
Faqueiros: Crystofle, metal branco, cabo d'ebano e marfim, completo sortido em taqueiros e outros artigos de Guimarães.
Louças inglêsas, de ferro: Esmaltada e estanhada, ferro Agate, serviço completo para mêsa, lavatório e cozinha.

REMÉDIOS DE AYER

O Remédio de Ayer contra sezões. Febres intermitentes e biliosas.
Peitoral de Cereja de Ayer. O remédio mais seguro que ha para curar a Tosse Bronchite, Asthma e Tuberculos pulmonares.
Frasco, 1\$100 réis; meio frasco, 600 réis.
Todos os remédios que ficam indicados sam altamente concentrados de maneira que sahem baratos, porque um vidro dura muito tempo.
Pilulas Cathárticas de Ayer.—O melhor purgativo, suave, inteiramente vegetal.



EXTRACTO COMPOSTO DE
Sarsaparilha de Ayer.
Para a cura effica e prompta das
Molestias provenientes da impureza do Sangue.
Frasco, 1\$100 réis

Tónico Oriental.—(marca Cassels)—Esquisita preparação para aformosear o cabelo—Extirpa todas as affecções do craneo, limpa e perfuma a cabeça.
Agua Flórída (marca Cassels).—Perfume delicioso para o lenço, o toucador e o banho.
Sabonetes de glicerina (marca Cassels).—Muito grandes, qualidade superior.
A venda em todas as drogarias e lojas de perfumarias. Preços baratos.
Vermífugo de B. L. Fahnestock.—E' o melhor remédio contra lombrigas. O proprie-

Impede que o cabelo se torne branco e restaura ao cabelo grisalho a sua vitalidade e formosura.



O Vigor do Cabello DO DR. AYER,
tário está prompto a devolver o dinheiro a qualquerpessoa a quem o remédio não faça o efeito quando o doente tenha lombrigas e seguir exactamente as instruccões.
Perfeito desinfectante e purificante de Jeyes para desinfectar casas e latrinas, tambem é excellente para tirar gordura ou nódoas de roupa, limpar metaes, e curar feridas.—Preço, 240 réis.
Depósito—James Cassels & C.ª, rua do Mousinho da Silveira, n.º 85
1.º,—Porto.

RESISTENCIA

Redacção e administração, Arco d'Almodina, 6

Editor, José Pereira da Motta

Officina typographica, Arco d'Almodina, 6

N.º 491

COIMBRA — Domingo, 5 de novembro de 1899

5.º ANNO

PARA RIR

O *Correio da Noite* está, positivamente o jornal mais desolativo do país. Os processos jurídicos e avariados de que se serve para demonstrar que o governo está cheio de força, são de morrer a rir.

Segundo a trombeta progressista tudo isto caminha em mar de rosas. Os progressistas, que encontraram o país em luctas convulsivas, restabeleceram a paz; o thesouro, que estava extenuado, vive desafogadamente; as fontes económicas viveram e prosperam... Um *El-durado* enfim, este canto occidental, que o sr. Luciano de Castro genialmente manda, governa, dirige e enriquece!

E por isto, que é muito, devido tudo ao génio possante do sr. presidente do conselho e à intelligéncia, zelo, tino administrativo e dedicação patriótica dos mais ministros, daqui a pouco a urna, que é a mais lídima expressão da vontade e da consciência nacional, irá manifestar que o país está com elles, que os applaude, que os ama e que se lhes rende, agradecido a tanto patriotismo e a tanto esforço de dedicação desinteressada e útil.

Vam ser convocados os collegios eleitoraes. O povo vai fallar... Mas elles não receiam a voz do povo, que é amigo e que lhes é grato!

E é com estas e outras da mesma naturéza que o *Correio*, ingenuamente não, mas astuto e manhoso, daquella malícia de Anadia, tam conhecida para parvos, pretende embair o país. Como se o país não estivesse farto de saber o que vale o aranzel...

Porventura duvidará alguém de que a famosa urna, que no dia 26 vai dar uma grande maioria de deputados ao governo, é a mesma que no próprio dia 26 lhe não daria nem trinta se os regeneradores fossem governo antes das eleições?

Toda a gente sabe isto. A tal consciência nacional é tam consciente que dá a maioria a todos os governos, sejam regeneradores, progressistas ou sebastianistas, contanto que cada um delles esteja empoleirado e mande.

Para que vem, pois, o *Correio*, com a manha saloia de que a maioria próxima é devida ás suas virtudes e mais partes?

Virtudes! Aquellas tam conhecidas virtudes dos progressistas, que só têm a equalá-las a sua não menos conhecida moralidade...

Elles sam os homens dos negócios da prata e das farinhas, em que o thesouro perdeu centenas de contos; elles sam os homens dos arranjos a compa-

dres, a afilhados, a amigos, e a parentes, á custa do thesouro; elles sam os que mandaram para Paris e outras terras da extranja o famoso sr. Ressano Garcia, com duas damas de companhia e 27 contos em oiro à sua ordem, para as primeiras despêsas; sam os próprios que durante mais dum mês tiveram escondida a peste bubónica do Porto, deixando-a alastrar de modo que o resultado foi o desastre commercial formidável de que o Porto foi victima; sam elles ainda os mesmos que mandaram para Paris um official expulso do exército por motivos deshonorosos e immoraes; sam elles que têm tido o país tam pacificado, que a Madeira e os Açôres cortaram as relações com o continente, e quem manda sam os ilheus; sam elles que têm anichado parentes e adherentes, a torto e a direito, sem pudôr de nenhuma ordem; sam elles que têm cedido vergonhosamente ás mais humilhantes imposições do extranjeiro, sem rebuço e sem vergonha; sam elles quem está alimentando o fervor eleitoral, para vencer sem violéncia, com emprêgos e promessas e dinheiros para estradas e bugiarias...

E depois disto, que é real e verdadeiro, tam real e verdadeiro como os progressistas serem renegados de principios e doidos varridos, vem o *Correio* apregoar que pelos seus merecimentos é que o governo alcança a sua maioria de deputados complacentes!

Bolas para a argúcia do *Correio*, tam disparatada é...

Comédia eleitoral

Jornaes de Lisbôa dizem que a opposição dá lucta em 65 circulos, contando já com a victória em 35.

Parêce-nos ingénua a opposição, julgando-se vencedora em tantos circulos.

O governo, se vir o perigo de tantas eleições perdidas, ha de fazer o que fariam os regeneradores; roubá-las.

É assim que se faz neste regimen de... liberdade.

ELEIÇÕES

Continuam acesos os bandos politicos da terra.

Os progressistas já deram do seu poder triste prova pela substituição do seu candidato, que passou a ser, como toda a gente já sabe, o sr. Adolpho Loureiro. E agora dizem que vencem.

Pelo seu lado os regeneradores continuam trabalhando com todo o afincio, e tambem dizem que vencerão.

Não substituiram ainda o seu candidato, precisamente por uma razão contrária áquella que levou os progressistas a mandar para Montemor o sr. Alberto Monteiro. Mas diz-se á bôcca pequena que a substituição será feita na véspera da eleição, ou no próprio dia desta.

O que será motivo, segundo nos parece, para muita gente dar ao diabo taes processos.

Que lá se avenham todos...

O TRANSWAAL

IX

A neutralidade, até ha pouco equivocada, da Alemanha perante a guerra anglo-transwaalana, parece ter passado por uma profunda transformação; consequência immediata e logicamente derivada da viagem da esquadra franceza a Constantinopla, e dos significativos movimentos das divisões navaes russas estacionadas no mar Negro, cujo destino inquieta — pelo impenetravel mysterio em que se encerra — a opinião em Inglaterra.

Desde os deploraveis successos occorridos em maio do corrente anno, em Johannesburgo, que os jingoistas inglézes — extremamente confiados no accôrdo anglo-allemao, concernente á Africa — adoptaram desde logo uma attitude intransigente nas negociacoes diplomaticas que então se encetaram com o Transwaal e nem o digno procedimento do presidente Krüger, nem mesmo a prudéncia revelada claramente por parte do governo de Pretória, influiram em coisa alguma no sentido de se obter da Inglaterra um certo reconhecimento de direitos, sem o qual as pequenas nacionalidades passariam a ser consideradas como um simples protectorado das poténcias que com ellas tivessem a regular quaesquer questôes.

Pois não assistimos em 1886 á questâo russo-búlgara originada na russophila de Tirnova, que depôs o principe Alexandre de Battenberg por não se curvar ás exigéncias formuladas pelo gabinete de Saint Petersburg, admirando a habilissima orientação e compromettida guerra de Stambuloff, o célebre regente da Bulgária?

Não presenciámos a maneira dignissima com que o governo dum frágil principadozinho danubiano — sob a directa suzerania da Turquia — resistiu a todas as ameaças e repouso todas as propostas do governo moscovita, fazendo da sua fraqueza um formidável baluarte do Direito e da Justiça e convertendo a questâo da successão ao throno num temerário *casus belli* contra a sua antagonista?

E o que fez a Rússia com todo o seu poderio?

A Rússia, forçoso é confessá-lo, transigiu em tudo e por tudo com a Bulgária, levando a sua proverbial pendência e reconhecida moderação até ao ponto de desistir da candidatura — por ella própria pêrfilhada — do principe Waldemar, herdeiro do throno da Dinamarca, ao suprêmo sólio búlgaro.

O correcto procedimento da Rússia evitou em 1886 uma horrorosa e universal conflagração e perseverou a Europa de inúmeras calamidades que certamente dariam em resultado a sua ruína.

Porque não adoptou a Inglaterra o exemplar procedimento da sua poderosa e gloriosa rival nas suas relações com o Transwaal após os successos de Johannesburgo?!... Qual o imperioso motivo que arastou o leviano Chamberlain a uma politica aventureira que pôde trazer consigo a completa desagregação do império britânico, que apenas tem devido a sua integridade a secular politica de transigéncias, moderação, e sobretudo á tolerância?

Estas interrogações ham de fatalmente ser esclarecidas um dia... dia que não vem longe, dia que pôde ser o d'amanhã, dada a hypothese de surgir uma espantosa conflagração provocada pelas contingéncias imprévisas da guerra

com o Transwaal!... Estas interrogações ham de certamente encontrar condigna resposta quando a Rússia, aborrecida da sua transigéncia, occupar a Pérsia e a França encontrar a sua desforra em Marrocos.

Mas eis que finalmente surge uma resposta que nos revela já o motivo porque a Inglaterra mudou radicalmente o seu habitual systema nas suas relações internacionales, d'ordinário tam moderado, tam admiravelmente sensato, e essa resposta é o próprio presidente Mac-Kinley quem satisfactoriamente não la dá, recusando-se primeiro a exercer a sua missão d'árbitro na questâo do Transwaal e apparecendo depois súbitamente alliado com a Grã Bretanha *vis-à-vis* da imminecia dum conflicto europeu, talvez arditosamente preparado e machiavelicamente provocado, com que a usual astúcia com que a intelligente diplomacia de Washington operou secretamente a aliança entre a China e o Japão, para nessa futura liga encontrar — conjunctamente com a sua aliada — uma formidável base d'apoiio em todo o Extrêmo-Oriente contra a supremacia das poténcias europeas.

Não foi sem um resolutu propósito d'iniciar uma nova e radical orientação na politica externa ingléza que Chamberlain se resolveu a afrontar temerariamente a reconhecida má vontade da Alemanha, da França e da Rússia em face da violenta absorção das duas Republicas sul-africanas.

Dallí os preparativos militares e navaes em todos os pórtos inglézes. Dallí tambem a significativa concentração naval em Gibraltar e no golpho pérsico.

Eis um facto já infelizmente consummado que nos indica muito claramente quaes as formaes e inequívocas intencões da Inglaterra, e porque fabuloso preço ella está decidida a manter até ao sacrificio do seu último soldado... do seu derradeiro marinheiro a suprêma integridade do seu império?

Uma prophecia do immortal chancellor de ferro, dô incomparavel estadista principe de Bismarck affirma qual temerosa sphinge da antiga Etrúria que a ruína do império britânico está no sul da Africa!... A prophecia pôde realisar-se. o vaticinio será certamente consummado, mas os manes de Cromwell, de lord Chatan, de Pitt, de Castlereagh, de Palmerston e de Gladstone lançaram do fundo do seu mysterioso retiro a sua maldição contra Chamberlain o sinistro coveiro do poderio e prosperidade da Inglaterra.

FAZENDA JUNIOR.

Lei de funil

Segundo dizem do Porto, o médico naval, o sr. Gomes da Silva, foi auctorizado pelo governo do sr. José Luciano a publicar no *Comércio do Porto*, um artigo sobre a peste, de certo modo incurso no decreto de 4 de outubro.

Ahi está mais uma iniquidade que revolta.

Por publicar as opiniões do referido médico em forma de *inter-vien*, foi suspenso o *Jornal de Noticias*.

Agora pode o *Comércio* publicar as mesmas opiniões.

Perante a lei que mais pôde o *Comércio* que o jornal?!

Carta de Lisbôa

3 de novembro, 99.

Jornaes espanhoes publicaram este telegramma:

«Berlim, 31.—A *Gazeta dos Vosges* diz que a concentração da esquadra ingléza em Gibraltar obedece ao propósito de occupar a bahia de Lourenço Márques, de accôrdo sem dúvida, com o gabinete portuguez.»

Os mesmos jornaes deram, em telegramma, esta noticia que os jornaes parisienses tambem inserem:

«Paris, 30.—Telegrapham de Londres que o periódico *Birmingham Post* insere hoje um telegramma de Lisbôa, em que se diz que os governos de Madrid e Paris pediram informações ao governo portuguez sobre o carácter do accôrdo relativo á bahia de Lourenço Márques.

Accrescenta o telegramma que nem a Espanha, nem a França, obtiveram até agora resposta alguma á sua pergunta.»

E o jornal parisiense *Le Temps* trouxe esta informação:

«Uma delegação da Sociedade africana de França fez hoje, junto do sr. Delcassé, ministro dos negócios estrangeiros, uma nova e importante diligéncia, relativa á questâo da bahia de Lourenço Márques.»

O presidente da sociedade, que é o explorador Carlos Solter, membro do conselho superior das colónias, expôs ao sr. Delcassé que a liberdade de commercio internacional sobre a costa-oriental da Africa do Sul, e a salvaguarda dos interesses da Europa continental no canal de Moçambique exigem que a bahia de Lourenço Márques fique fóra das luctas, a que as regiões sud-africanas estam periodicamente sujeitas.

O sr. Solter insistiu vivamente junto do ministro, a fim de que o governo francês tome a iniciativa dum accôrdo com as outras poténcias europeas para assegurar esta neutralização.»

Sam três documentos a mais para juntar aos que a *Resistencia* tem registrado, no cumprimento de um dever mais que jornalístico, porque é patriótico.

A informação do jornal berlinês pôde significar uma méra previsão, um boato lançado por invenção de reportagem e dispensar-se por consequéncia de discussão.

O mesmo não succede, porém, quanto ao telegramma inserto no *Birmingham Post* e a informação do *Temps*.

Ahi estam symptomas, eloquentes por demais, da gravidade da situação em que nos encontramos. E está mais do que isso: a prova de que lá fóra se vêem melhor do que nós os nossos males, que, se pôdem, é certo, affectar terceiros, a nós, primordialmente interessam todavia.

E claro que, se os governos espanhol e francês pediram explicações ao gabinete José Luciano sobre o accôrdo anglo-luso, e que esse accôrdo é uma realidade, que de resto outros factos accusam. E no silencio do gabinete portuguez fica confirmado em demasia a existéncia do accôrdo.

